Cumplicidade NA Destruição III:

COMO CORPORAÇÕES GLOBAIS CONTRIBUEM PARA VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cumplicidade NA Destruição III:

COMO CORPORAÇÕES GLOBAIS CONTRIBUEM PARA VIOLAÇÕES DE DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Mulher indígena do Povo Kanamari, da Terra Indígena Vale do Javari, Amazonas.

CRÉDITOS

Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB: Alberto Terena, Chicão Terena, Dinaman Tuxá, Elizeu Guarani Kaiowá, Kerexu Yxapyry, Kretã Kaingang e Sonia Guajajara

Concepção: APIB

Coautoria: APIB e Amazon Watch

Coordenação geral e aprovações: Luiz Eloy Terena, Sonia Guajajara e Kretã Kaingang

Pesquisa: Amazon Watch, De Olho Nos Ruralistas e Profundo

Colaboração na pesquisa e textos: Mauricio Angelo

Revisão do português: Kátia Shimabukuro

Tradução para o inglês: Melissa Harkin Translations

Revisão do inglês: Amazon Watch

Projeto gráfico e diagramação: W5 Publicidade

Mapas: Pablo Pacheco e De Olho Nos Ruralistas

Infográficos: Eduardo Asta

Fotos de capa: Aldeia Massapê, do povo Kanamari, da Terra Indígena Vale do Javari, Amazonas. @Bruno Kelly/Amazônia Real

Fotos: Eric Marky Terena/Mídia Índia, Priscila Tapajoara/Mídia Índia, Bruno Kelly/Amazônia Real, Marizilda Cruppe/Amazônia Real/Amazon Watch, José Cícero da Silva/Agência Pública, Julia Dolce/Agência Pública, Lalo de Almeida/ISA, Marcelo Soubhia/ISA, Bárbara Dias/Cimi, Ana Mendes/Cimi, Ana Pessoa/Mídia Ninja, Christian Braga/MNI, Jacy Santos/MNI, Douglas Freitas/Cobertura Colaborativa, Anderson Barbosa/Greenpeace, Christian Braga/Greenpeace, Marcos Amend/Greenpeace, Fábio Nascimento/Greenpeace, Lunaé Parracho/Greenpeace, Jannes Stoppel/Greenpeace, Tommaso Protti/Greenpeace, Tommaso Protti/Greenpeace, Todd Southgate/Fundação Darcy Ribeiro, Vinícius Mendonça/Ibama, Felipe Werneck/Ibama, Gabriel Uchida, Katie Maehler, Camila Rossi, Vitor Massao, Patrick Raynaud, Energia Sustentável do Brasil/Divulgação, e Mídia Ninja

AGRADECIMENTOS

A APIB e Amazon Watch agradecem o apoio de parceiros e aliados que contribuíram, de diversas formas, para a realização e divulgação deste relatório, em especial ao coletivo Mídia Índia, Mobilização Nacional Indígena (MNI), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Instituto Socioambiental (ISA), Amazônia Real, Observatório da Mineração, De Olho nos Ruralistas, Agência Pública, Fundação Darcy Ribeiro, Greenpeace Brasil, Greenpeace US, Rainforest Action Network (RAN), Climate and Land Use Alliance (CLUA), Uma Gota no Oceano, e Mídia Ninja.

SUMÁRIO

Sumário Executivo 04
Nota da APIB 06
Metodologia 12
A destruição impulsionada por *commodities* 14
O financiamento da destruição: o papel dos bancos, fundos de investimentos e acionistas 36
Recomendações 46
Amazônia em crise 50
> **Ameaças à Amazônia e ataques aos direitos dos Povos Indígenas** 52
> **Contexto político e econômico do Brasil** 70
Conclusão 74
Apêndice 76
Referências 80

Jovens guerreiros do povo Munduruku, da Terra Indígena Sawré Muybu, no Pará.

Foto: Anderson Barbosa/Greenpeace

Cacique Arabonã Kanamari, da aldeia Bananeira, do povo Kanamari, da Terra Indígena Vale do Javari.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Todos os dias, soja, carne, minérios e outras *commodities* produzidas em larga escala no Brasil desembarcam nos portos dos países da Europa, da América do Sul, da China, dos Estados Unidos e outros mercados globais Muitas vezes, essas *commodities* deixam um rastro de abusos de direitos humanos e devastação ambiental que ameaçam o futuro da maior floresta tropical do mundo e seus povos e, com isso, o futuro do nosso clima.

O fluxo de investimentos estrangeiros em empresas que atuam no Brasil se expandiu para uma intrincada rede internacional que, em muitos casos, financia atores responsáveis por violações de direitos socioambientais. Dentro desse paradigma econômico extrativista, os Povos Indígenas são frequentemente tratados como um "obstáculo ao desenvolvimento", e suas terras são invadidas, ocupadas, saqueadas e destruídas. Liderado por Jair Bolsonaro – o presidente declaradamente antiambiental e anti-indígena do Brasil – o governo federal do país está contribuindo ativamente para a crise crescente atual.

Um dos principais motores do desmatamento na Amazônia é o roubo de terras em áreas protegidas, como Terras Indígenas (TI) e unidades de conservação, para especulação. O desmatamento ilegal e as queimadas criminosas são usadas para converter vastas áreas de floresta primária em áreas agrícolas, beneficiando atores poderosos. Não por acaso, os municípios amazônicos que mais registraram focos de incêndios em 2019 foram também os que tiveram maiores taxas de desmatamento. Influentes interesses econômicos nacionais e internacionais são cúmplices nesse saque de florestas públicas e na violência resultante contra Povos Indígenas e tradicionais.

O ataque aos povos da floresta tem consequências profundas, considerando que eles são comprovadamente os principais defensores da Amazônia. Estudos mostram que as Terras Indígenas são a última barreira contra o desmatamento e a degradação florestal nesta região. As áreas protegidas na Amazônia Brasileira, incluindo aquelas onde vivem os povos das florestas, correspondem a 56% do estoque de carbono total da Amazônia brasileira.

Esta nova edição do relatório *Cumplicidade na Destruição*, organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em parceria com a Amazon Watch, é baseada em pesquisas realizadas pelo observatório jornalístico De Olho Nos Ruralistas (DONR) e a instituição holandesa de pesquisa Profundo. Ela revela como uma rede formada por grandes instituições de financiamento internacional está ligada à produção e exportação de *commodities* envolvidas em conflitos em Terras Indígenas, desmatamento, grilagem e enfraquecimento das proteções ambientais.

Ao investigar atores envolvidos na invasão e desmatamento de Territórios Indígenas – bem como outras violações de direitos indígenas desde 2017 –, o DONR identificou um conjunto de empresas brasileiras que foram posteriormente analisadas pela consultoria Profundo, buscando identificar compradores e investidores internacionais cujo suporte financeiro possibilitou esse comportamento. Este relatório mostra que companhias que representam os três principais setores econômicos brasileiros – mineração, agronegócio e energia – estiveram direta ou indiretamente envolvidas em conflitos que afetam os Povos Indígenas e seus territórios.

Os casos expostos aconteceram nos estados amazônicos do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Roraima e Amazonas, com as mineradoras Vale, Anglo American, Belo Sun, Potássio do Brasil; as empresas do agronegócio Cargill, JBS, Cosan/Raízen; e as companhias de energia Energisa Mato Grosso, Bom Futuro Energia, Equatorial Energia Maranhão e Eletronorte.

Juntamente com essas empresas, destacamos seis grandes instituições financeiras sediadas nos Estados Unidos – BlackRock, Citigroup, J.P. Morgan Chase, Vanguard, Bank of America e Dimensional Fund Advisors – que contribuíram com mais de US$ 18 bilhões (R$100 bilhões) para as empresas acima, entre 2017 e 2020. Desvendar essa rede ajuda a mostrar o quanto é problemática a vinculação entre empresas que atuam na Amazônia brasileira com líderes financeiros globais, destacando as más condutas do mundo corporativo e quem contribui para isso.

Essas corporações são apenas alguns dos muitos atores implicados na devastação atual da Amazônia brasileira. Elas não agem sozinhas, e suas ações devem ser entendidas como emblemáticas de tendências mais amplas que põem cada vez mais a floresta em perigo e, com ela, o nosso bem-estar coletivo.

As violações de direitos humanos e ambientais documentados neste relatório não seriam possíveis sem os investimentos generosos dos líderes financeiros internacionais. Os mercados globais têm o poder de contribuir ou moderar a agenda desastrosa de Bolsonaro para a Amazônia brasileira, permitindo ou prevenindo a destruição da floresta tropical. A APIB, a Amazon Watch e uma coalizão de aliados brasileiros e internacionais convocam os principais atores do mercado para parar de alimentar o problema e usar sua influência para se tornar parte da solução.

Este relatório oferece recomendações para empresas que operam ou que têm projetos no Brasil, empresas que importam produtos do Brasil, instituições financeiras que investem nessas empresas, e para governos e legisladores responsáveis pela supervisão do setor privado. É imperativo que esses atores elaborem e se comprometam com políticas que respeitem os direitos indígenas e o meio ambiente; que se abstenham de toda e qualquer atividade que possa contribuir para o desmatamento ilegal e para ameaças aos direitos e Territórios Indígenas (incluindo atividades de fornecedores); que criem mecanismos de monitoramento mais eficazes e conduzam a devida diligência para identificar possíveis violações; e que usem seu poder para exigir que os produtos importados não contribuam para a destruição da Amazônia. Antigos modelos de negócios (o chamado *business as usual*), que considera apenas o lucro, não são mais uma opção.

NOTA DA APIB

Foto: Eric Marky Terena/ Mídia Índia

Lideranças indígenas da APIB durante a Jornada Indígena na França, em Paris, em novembro de 2019.

Não há dúvidas que tanto o avanço ilegal sobre as Terras Indígenas quanto o aumento desenfreado da destruição dos biomas brasileiros estão diretamente conectados aos benefícios extrativistas colhidos pela iniciativa privada. As constantes invasões das Terras Indígenas por grileiros, garimpeiros e madeireiros deixam um rastro de destruição ambiental e assassinatos étnicos dos povos originários.

Esse cenário quase de guerra nos levou a construir, pelo segundo ano consecutivo, este importante documento junto à Amazon Watch. Este relatório nasce da importância de se mesclar capacidades distintas da APIB, da Amazon Watch e de outros aliados para realizar uma pesquisa que explicite como empresas em atuação no Brasil e corporações internacionais contribuem para o aumento da situação de vulnerabilidade e das ameaças aos Povos Indígenas do Brasil, assim como têm um papel fundamental para o aumento das mais variadas formas de destruição ambiental.

Este relatório, crucial para o movimento indígena no Brasil, é um marco que qualifica a luta pela garantia e pelo respeito aos direitos de nossos povos, além de ser uma ferramenta poderosa na argumentação junto a governos estrangeiros, a compradores de mercadorias do Brasil e investidores globais, pois elucida as consequências nefastas da cadeia de suprimentos que funcionam sem controle, alimentada por grandes corporações.

Nós propomos recomendações claras neste relatório para mudar essa realidade, ações que têm força de arregimentar demandas e de combater a impunidade no Brasil para

Mulheres indígenas do Xingu, do povo Yawalapiti, durante a Marcha das Mulheres Indígenas "Território: nosso corpo, nosso espírito", em agosto de 2019.

Foto: Katie Maehler

que, desta maneira, possamos defender nossos territórios, ao mesmo tempo que preservamos ecossistemas fundamentais para garantia de vida neste planeta.

Além disso, este relatório mostra como, além do setor privado, o atual governo brasileiro tem sido responsável ativamente na destruição do meio ambiente, dos direitos indígenas e do nosso futuro comum. A antiga MP 910, modificada no Congresso para o PL 2633 (ou PL da Grilagem), ainda impõe grande ameaça às Terras Indígenas via legalização de venda das terras ocupadas na Amazônia Legal[1]. E, apesar da recente vitória junto ao Supremo Tribunal Federal – hoje mais do que nunca órgão essencial para a defesa da democracia e garantia de direitos no Brasil –, ainda não conseguimos garantir a remoção dos invasores de Terras Indígenas[2], mesmo sendo eles vetores de contaminação em tempos de pandemia do novo coronavírus. A convergência desses fatos ao comportamento negligente e genocida do governo Bolsonaro aumenta a fragilidade da situação dos Povos Indígenas no país.

Este relatório vem se somar ao contundente ganho de protagonismo do movimento indígena no Brasil. Ao final de 2019, promovemos uma jornada com lideranças indígenas[3] por 12 países europeus para ampliar o conhecimento da nossa causa e defender vidas indígenas sob o lema "Sangue Indígena: Nenhuma Gota Mais!"[4]. A realização dessa delegação permitiu uma ampla gama de contatos da APIB com parceiros na Europa e no mundo, certificando a presença dos Povos Indígenas brasileiros em negociações de alto impacto com a

Sonia Guajajara e cacique Raoni durante o Encontro dos Povos Mebengokrê, que reuniu cerca de 600 lideranças indígenas em janeiro de 2020.

Foto: Mídia Ninja

União Europeia, Inglaterra, Noruega, Estados Unidos, China, Congo, Indonésia, além dos países latino-americanos já muito próximos.

Somado a isso, há a consolidação dos advogados indígenas e do jurídico da APIB como uma força legal dentro do Brasil. O acatamento por unanimidade da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709[5] no STF, apresentada e liderada pela APIB em parceria com várias organizações da sociedade civil e partidos políticos, é um marco histórico para os Povos Indígenas do Brasil e todos os brasileiros – uma conquista inédita para garantir a proteção dos povos originários, assim como para estabelecer a real importância indígena na construção de um país mais justo.

Todas essas grandes ações culminaram no Emergência Indígena: Plano de Enfrentamento a Covid-19[6], lançado em agosto. Durante um período tão sombrio de nossa história, os Povos Indígenas conseguiram, através de sua união e vontade coletiva, arregimentar parceiros nacionais e internacionais para construir um amplo plano com ações capazes de responder à inação genocida do governo federal[7]. Dessa forma, o marco a ser seguido no combate à pandemia e proteção dos povos originários foi estabelecido.

E finalmente, lançamos em setembro em parceria com diversas organizações de defesa do meio ambiente no país e apoio de organizações internacionais, a campanha "Amazônia ou Bolsonaro: De que lado você está?", também intitulada #DefundBolsonaro (cortar o financiamento a Bolsonaro, em inglês)[8]. A campanha visa alertar e conscientizar empresas, líderes globais, consumidores e investidores para que se desvinculem do presidente Jair Bolsonaro para evitar o desmatamento na Amazônia. O intuito da campanha, que ganhou projeção internacional, é também conectar a destruição atual da Floresta Amazônica com as grandes marcas que compram suprimentos de "incendiários florestais" e revendem aos consumidores sem o seu conhecimento. Infelizmente, o governo brasileiro – em vez cumprir seus juramentos constitucionais e apresentar à nação um plano para enfrentamento aos incêndios que afligem o país e, assim proteger, inclusive, a economia e a reputação nacional – preferiu atacar a APIB e sua coordenadora executiva, Sonia Guajajara, acusando a organização de cometer crime de "lesa-pátria"[9]. A APIB rechaçou a declaração e entende que o maior crime que lesa nossa pátria é a omissão do governo diante da destruição de nossos biomas e áreas protegidas; das queimadas ilegais; da grilagem, do desmatamento; da invasão de nossas terras e do roubo das nossas riquezas. Enquanto estudamos as medidas cabíveis[10] contra os ataques, vamos continuar a nossa luta. Nós não estamos sozinhos.

Foto: Christian Braga/MNI

O Acampamento Terra Livre de 2019 reuniu mais de 4 mil indígenas de todas as regiões do país, de cerca de 170 povos, em Brasília.

A construção indígena é coletiva e inclusiva, por isso, é de suma importância as ações feitas com cada um de nossos parceiros do nível local ao internacional. Agradecemos a parceria da Amazon Watch na construção deste relatório e por estarem abertos aos extensivos complementos da APIB.

Nós, Povos Indígenas do Brasil, queremos que este documento seja peça fundamental para que autoridades, a iniciativa privada, investidores, jornalistas e a sociedade civil possam compreender o impacto do financiamento internacional em atividades extrativistas na Amazônia e como cada uma dessas ações aumentam a vulnerabilidade dos Povos Indígenas e a destruição ambiental. Consequentemente, esperamos que essas informações orientem a formulação de novas leis, e reforcem o cumprimento das já existentes para proteção de nossas florestas e garantia do respeito de culturas originárias milenares, de seus modos de vida e seus direitos.

Alberto Terena, Chicão Terena, Dinaman Tuxá, Elizeu Guarani Kaiowá, Kerexu Yxapyry, Kretã Kaingang e Sonia Guajajara

Coordenadoria Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Fazem parte da APIB as seguintes organizações indígenas regionais:

- *Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoinme)*
- *Conselho do Povo Terena*
- *Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste)*
- *Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul)*
- *Grande Assembleia do povo Guarani (ATY GUASU)*
- *Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab)*
- *Comissão Guarani Yvyrupa*

METODOLOGIA

Liderança Munduruku em seu território, Terra Indígena Sawré Muybu, no Pará.

Foto: Lunaé Parracho/Greenpeace

Este relatório, organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em parceria com a Amazon Watch, é baseado em pesquisas realizadas pelo observatório jornalístico De Olho Nos Ruralistas (DONR) e pela instituição holandesa de pesquisa Profundo.

A partir de uma série de entrevistas junto a associações e lideranças indígenas de todo o país, foram identificados conflitos locais envolvendo empresas brasileiras e estrangeiras. Paralelamente, um levantamento sistemático da base documental do Tribunal Regional Federal da 1ª Região[11] e do Ministério Público Federal (MPF) levantou processos vinculados a pessoas físicas e jurídicas envolvendo Terras Indígenas ou que tivessem, entre as suas partes, a Fundação Nacional do Índio (Funai) ou associações representativas dos Povos Indígenas. Nesse mesmo levantamento, foram também pesquisados processos de desintrusão de "proprietários" rurais dentro de Territórios Indígenas (TI).

Desse levantamento inicial, a DONR criou uma base de dados com 797 casos judicializados envolvendo: contestação sobre demarcação, desapropriação direta e indireta, interdição, reintegração/manutenção de posse, revogação de licença ambiental, indenização por danos ambientais ou danos morais, entre outras categorias. Dessa lista, foram priorizados casos que: a) estivessem associados a pessoa jurídica com status ativo na Receita Federal; b) a pessoa jurídica estivesse ligada direta ou indiretamente à atividade de exportação; c) estivessem judicializados ou sofrido movimentação significativa em seus processos entre 2018 e 2020. Essas informações foram complementadas com informações de documentos de operações contra desmatamento e invasão de áreas indígenas realizadas pela Polícia Federal entre 2018 e 2020; consultas a bases de dados preexistentes; denúncias formais ou informais de associações indígenas sobre violações a seus direitos realizadas no período da pesquisa; e investigações jornalísticas.

Com base nesse levantamento inicial, a Profundo dedicou-se a procurar cadeias produtivas, compradores e investidores internacionais, em um cruzamento de dados que nos permitiu chegar às onze companhias brasileiras e multinacionais citadas neste relatório. Os casos destacados apresentam conflitos documentados nos quais as atividades (diretas ou indiretas) de uma empresa ameaçam as Terras Indígenas e/ou violam os direitos dos Povos Indígenas na Amazônia brasileira.

O relatório lista dados gerais dos principais compradores das empresas em casos de não ter acesso a dados comerciais específicos ou em situações em que suas atividades ainda estejam em fase de planejamento, não havendo, portanto, uma cadeia de suprimentos estabelecida. As informações sobre a cadeia de fornecimento das 11 empresas destacadas foram selecionadas a partir de fontes como sites e relatórios próprios, e registros de remessas.

Os dados sobre as relações financeiras entre as empresas citadas neste relatório e as instituições financeiras foram coletados em publicações das empresas, bancos de dados financeiros (Bloomberg, Refinitiv), registros de empréstimos, documentação do BNDES sobre financiamento direto e indireto, dados de empresas especializadas em comércio e financiamento de projetos, instituições financeiras de desenvolvimento e outras fontes de informação relevantes. Os dados foram coletados em junho de 2020 e cobrem o período de janeiro de 2017 a junho de 2020. As informações sobre participações acionárias e títulos de dívidas (*bond*) correspondem às datas mais recentes obtidas na Refinitiv[12] e Thomson EMAXX[13]. As informações sobre empréstimos, créditos e serviços de subscrição estão incluídas para o período de janeiro de 2017 até as datas disponíveis mais recentes. Apenas empréstimos que ainda não atingiram o vencimento no momento da pesquisa foram incluídos no relatório.

As seis instituições financeiras mencionadas neste relatório foram destacadas pela frequência em que aparecem (investindo em pelo menos mais da metade das empresas mencionadas nos estudos de caso) e porque estão sediadas nos Estados Unidos, assim como a Amazon Watch, o que facilita a possibilidade de diálogo, engajamento e a realização de campanhas.

Apenas investidores institucionais foram incluídos na análise, excluindo-se indivíduos e outras empresas. Uma lista com informações adicionais acerca das relações financeiras identificadas pela Profundo está incluída no Apêndice I.

Os valores mencionados referem-se aos investimentos e empréstimos globais das instituições nas empresas citadas, e não somente aos casos apresentados no Brasil. Os valores ilustram como seus financiamentos apoiam essas empresas como um todo, e como este é um modelo de negócios falho e incapaz de garantir o respeito aos direitos socioambientais e dos Povos Indígenas.

A DESTRUIÇÃO IMPULSIONADA POR *COMMODITIES*

Foto: Tommaso Protti/Greenpeace

Fazenda de gado no município de Marabá, sul do Pará. A pecuária é a maior causa do desmatamento na Amazônia.

Este relatório identificou três setores principais que têm liderado os conflitos com Povos Indígenas na Amazônia brasileira nos últimos anos: mineração, agronegócio e energia. Esses conflitos decorrem da exploração de Terras Indígenas pelo setor privado, em que em muitos casos as empresas ignoram os ataques diretos a essas terras por grileiros e outros atores locais, bem como sistematicamente desrespeitam as leis que protegem os territórios e os direitos indígenas, especialmente, o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada[14].

A partir do estudo de casos de cada setor, identificamos as principais empresas envolvidas, direta ou diretamente, em situações envolvendo conflitos de terras ou violações de direitos socioambientais e indígenas na Amazônia brasileira nos últimos anos, que possuem relação com compradores e/ou investidores internacionais, como detalhamos a seguir.

Registro de garimpo ilegal na Terra Indígena Munduruku, município de Jacareacanga, em setembro de 2020.

Foto: Marizilda Cruppe/Amazônia Real/Amazon Watch

SETOR: MINERAÇÃO

1. VALE

Fundada em 1942, a Vale é uma gigante brasileira e mundial. Segunda maior produtora de minério de ferro (385 milhões de toneladas) e níquel (244,6 milhões de toneladas) do planeta[15], a Vale extrai ainda manganês, cobre, bauxita, alumínio, ouro, prata, cobalto e carvão, entre outros. Atua em mais de 30 países nos cinco continentes e tem mais de 71 mil funcionários e 247 mil acionistas[16], sendo um dos destaques da Bolsa de Valores de Nova York. Sua receita operacional líquida em 2019 foi de US$ 37,5 bilhões[17].

Na Amazônia, no estado do Pará, a Vale opera o Complexo de Carajás, o maior projeto de extração de minério de ferro do mundo. A produção é escoada por uma ferrovia de quase mil quilômetros, que parte de Carajás, no Pará, ao Porto de Ponta da Madeira, em São Luís no Maranhão. A ferrovia é fundamental para as exportações da Vale, que tem como cliente principal a China[18].

Os conflitos com Povos Indígenas se acumulam nessa região. A Vale é acusada de contaminar o rio Cateté, principal fonte de água da Terra Indígena Xikrin. Uma ação movida em 2018 pelos Xikrin[19] demonstra o impacto direto que as operações da mineradora tiveram no modo de vida do povo Xikrin e Kayapó[20]. A mineradora, que teve as operações da mina de Onça Puma paralisada diversas vezes, tenta negar os impactos[21]. Mais recentemente, a pandemia da Covid-19 – que não paralisou as atividades da Vale – agravou a situação dos indígenas na região[22]. Os Xikrin também cobram a reparação por atividades de extração de ouro no passado e de cobre atualmente[23].

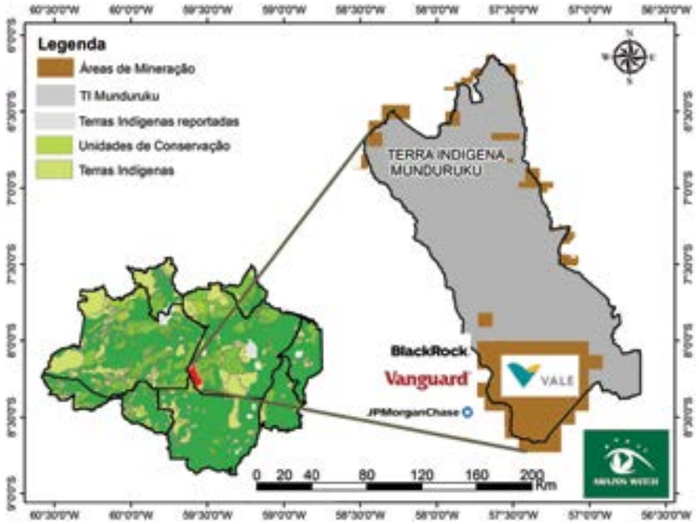
Já a Estrada de Ferro Carajás[24] afeta diretamente quatro Terras Indígenas: Rio Pindaré, Mãe Maria, Xikrin e Arariboia[25]. A empresa é acusada por indígenas[26] de descumprir seguidamente os acordos firmados para amenizar os impactos na região[28].

Embora negue, a Vale também tem centenas de requerimentos para explorar dentro de Terras Indígenas na Amazônia[29]. Entre os 236 pedidos, destacam-se os que incidem sobre o Território Indígena (TI) Trombetas/Mapuera, que está localizado entre Roraima, Amazonas e Pará, com 68 requerimentos; a TI Munduruku, no Pará, com 52 requerimentos; a TI Xikrin do Rio Catete (PA), com 37; a Kayabi (PA), com 35; e a Menkragnoti/Baú (MT/PA), com 26[30].

Além disso, uma subsidiária da Vale, a Biopalma, processa óleo de palma (dendê) no Pará, e o uso massivo de agrotóxicos nas plantações afeta diretamente a saúde do povo Tembé[31], além de poluir os rios e igarapés. A contaminação foi comprovada por análise técnica[32].

Vale é autora de 57, do total de 130 requerimentos de mineração com limites conflitantes com TI Munduruku.

(Fontes: ver Referências na página 87)



A cadeia de distribuição global da Vale inclui gigantes como a indiana ArcelorMittal, as sul-coreanas Hyundai e Posco, a americana Nucor Steel e a alemã ThyssenKrupp[33].

Entre os principais investidores institucionais, estão as americanas BlackRock, a Capital Research Global Investors[34] e a Vanguard – que juntas acumulam mais de USD 11 bilhões em ações[35]. O Citibank atua como depositário para ações da Vale. Grandes instituições financeiras como Morgan Stanley, Santander, J.P. Morgan Chase e UBS também são acionistas da Vale.

Já entre os principais financiadores da empresa de 2017 a maio de 2020, constam o americano Citigroup, o japonês SMBC Group e o francês Crédit Agricole, com US$ 624 milhões cada[36]. O New Development Bank da China investiu US$ 300 milhões. Demais financiadores no período, com US$ 87 milhões cada, incluem a Barclays, o Bank of America, o Scotiabank, o Standard Chartered, o HSBC e o J.P. Morgan Chase[37].

Foto: José Cícero da Silva/Agência Pública

Mulheres do povo Xikrin. A Vale é acusada de contaminar o rio Cateté, principal fonte de água da Terra Indígena Xikrin.

"A mineração atrapalha muito a vida da comunidade e do Povo Indígena Xikrin e atualmente abrange até algumas aldeias indígenas Kayapó. O rio está poluído pela mineração. Hoje a gente já não pode fazer uma festa no rio, porque o rio tá contaminado. A gente já não pode comer o alimento que tira do rio. Já não pode tomar banho lá, crianças faleceram, pessoas com doenças de pele devido ao rejeito de minério. Áreas de floresta sendo desmatadas sem o consentimento das comunidades indígenas (...) a Vale simplesmente passou e acabou, tirando sem autorização nenhuma.
Nós, indígenas, tentamos de todas as formas criar um diálogo amigável com a Vale, mas a Vale sempre se posiciona contra as nossas demandas, não atendendo às nossas reivindicações, recorrendo na Justiça contra as nossas ações judiciais. A Vale sempre recorre, sempre nega um diálogo, porque ela diz que não está impactando a vida cultural de ninguém.
Os bancos e corporações que financiam a Vale têm que parar. Não é um posicionamento meu, enquanto indígena Xikrin ou filho de cacique não. É um desejo, é uma vontade de toda a minha comunidade de parar o projeto da Vale. Essas empresas têm que ver melhor o que elas estão fazendo, os financiamentos que elas estão fazendo, porque o nosso desejo é que pare. Porque enquanto ela beneficia a Vale e eles enriquecem entre eles, a nossa comunidade vai morrendo, vai ficando pobre, nós vamos ficando com lugares limitados para se locomover ou fazer uma festa. Então meu desejo é que essas empresas possam parar. E que pelo menos nós sentássemos e tivéssemos um diálogo."

Yan Xikrin, liderança do povo Xikrin

Foto: Lalo de Almeida/ ISA

Desmatamento registrado em agosto de 2020 na Terra Indígena Trincheira Bacajá, morada do povo Xikrin

VALE É RESPONSÁVEL PELOS MAIORES DESASTRES AMBIENTAIS DO BRASIL

Apesar de não terem acontecido na Amazônia, é impossível mencionar a Vale sem citar seu envolvimento nos maiores desastres ambientais da história do Brasil. Em novembro de 2015, o rompimento de uma barragem de rejeitos em Minas Gerais, no sudeste do país, fez com que uma lama tóxica percorresse quase 700 quilômetros até contaminar o Oceano Atlântico, no Espírito Santo.

A destruição do Rio Doce atingiu diretamente o Povo Indígena Krenak, em Governador Valadares (MG). Ailton Krenak, escritor e importante pensador indígena, dá a dimensão da importância do Rio Doce ao seu povo[38]. "Ele é insubstituível porque nós não admitimos que ele está morto. É por isso que estamos na margem esquerda do Rio Doce velando o corpo daquele parente nosso, o Watu, que é o nosso avô. Os Krenak não vão sair dali. Mesmo que a Vale vá bombardear a aldeia para tirar os Krenak de lá, eles vão resistir. É algo muito difícil, para quem não vive isso, entender."

No Espírito Santo, o povo Tupiniquim também luta por reparação[39], já que a água da região está totalmente contaminada.

Novo rompimento de barragem da Vale, desta vez em Brumadinho, em janeiro de 2019, matou 270 pessoas e afetou também a aldeia Naô Xohã[40], do povo Pataxó Hã-hã-hãe. Hoje, os pataxó foram obrigados a se mudar para a periferia de Belo Horizonte[41].

Em setembro de 2020[42], 20 meses após rompimento de barragem em Brumadinho, a Vale anunciou R$ 12,4 bilhões em remuneração a acionistas[43], enquanto segue sem compensar devidamente as comunidades atingidas e as famílias das vítimas.

2. ANGLO AMERICAN

Uma das maiores mineradoras do mundo, a Anglo American[44], empresa centenária com sede na Inglaterra e na África do Sul, explora[45] diamantes, cobre, platina, minério de ferro, carvão e níquel na Austrália, África, América Latina, América do Norte e Europa.

A mineradora teve um resultado operacional global de US$ 10 bilhões em 2019 e pagou mais de US$ 1,4 bilhão aos seus acionistas[46] nos dois últimos anos.

No Brasil, são 4 mil funcionários, com destaque para o projeto Minas-Rio (com capacidade de processar 26,5 milhões de toneladas de minério de ferro por ano), que opera o maior mineroduto do mundo, com mais de 500 quilômetros de extensão entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Destacamos esse caso em função dos riscos que as atividades dessa empresa podem representar aos territórios e ao modo de vida dos povos nativos da Amazônia. Junto com duas subsidiárias brasileiras, a Mineração Itamaracá e Mineração Tanagra, a Anglo American tem quase 300 requerimentos de pesquisa registrados na Agência Nacional de Mineração[47] que incidem sobre Terras Indígenas na Amazônia.

Os requerimentos atingem 18 Terras Indígenas, algumas com a presença de povos em isolamento voluntário. O mais recente alvo da Anglo American é a TI Sawré Muybu, no Médio Tapajós, onde vive o povo Munduruku[48]. Cinco pedidos são de 2017 e 2019, o que mostra que a mineradora não parou de atuar mesmo sabendo da proibição de exploração em Terras Indígenas. Parece que a empresa está contando com as mudanças legislativas propostas pelo governo de Bolsonaro para que sejam validadas suas licenças de prospecção[49].

A Associação Indígena Pariri, que representa os Munduruku do Médio Tapajós, tem sistematicamente se posicionado contra a mineração dentro de Territórios Indígenas. "Vamos continuar a manifestação contra a regulamentação da mineração em Terra Indígena. Não vamos aceitar mais destruição. Nossos rios estão poluídos com mercúrio, nossos peixes estão morrendo. Vamos retomar o controle do nosso território, temos o nosso próprio governo e todos têm que respeitar. Não vamos parar esta luta até solucionar os nossos problemas", afirmam em comunicado[50].

O mais recente alvo da Anglo American é a Terra Indígena Sawré Muybu, no Médio Tapajós, onde vive o povo Munduruku.

Foto: Fábio Nascimento/Greenpeace

A partir de outras minas já em operação, a Anglo American fornece níquel para algumas das maiores produtoras de aço do mundo, como a norte-americana North American Stainless, a suíça Glencore, a Outokumpu (Finlândia) e a Posco (Coreia do Sul)[51].

De janeiro de 2017 a maio de 2020, a Anglo American recebeu nada menos que US$ 14,5 bilhões de dólares de 25 instituições financeiras de todo o globo: Estados Unidos, China, Japão, Austrália, Suíça, Canadá, França, Alemanha e Holanda[52].

Dentre os financiadores internacionais, destaque para Citigroup, J.P. Morgan Chase, BNP Paribas, Mizuho Financial, Standard Chartered, Royal Bank of Canada, Barclays, Commerzbank, HSBC, Crédit Agricole, Morgan Stanley, ANZ e Goldman Sachs, entre outros[53].

"Todo projeto de mineração, soja ou empreendimento, afeta a Terra Indígena. Por exemplo, a construção de uma hidrelétrica fora do território afeta, porque teremos escassez de peixes, as matas irão morrer, seja de seca ou de cheia. Temos relatos de destruição de locais sagrados para os nossos povos.

E em muitas dessas terras, quem está envolvido? São muitas pessoas e empresas de fora. E essas pessoas e empresas estão afetando as Terras Indígenas. Nós estamos muito preocupados com esse modelo de desenvolvimento que, para nós, é de morte.

A mineração está trazendo impactos muito grandes. Ela gera água suja para a gente beber, nossos peixes ficam contaminados, deixando só destruição. E os culpados são os países que estão comprando ferro, ouro, soja. Hoje temos um governo que está incentivando invadir nossos territórios. E os países que têm interesse em explorar a Amazônia têm sangue indígena em suas mãos. Essas grandes empresas chegam aos municípios e falam coisas boas, que vão colocar água e escola para nós, mas é tudo mentira. Mas depois que entram, eles começam a massacrar os direitos dos povos, tanto indígenas, quanto ribeirinhos."

Alessandra Munduruku,
liderança e guerreira do povo Munduruku

Foto: Marcos Amend/Greenpeace

O garimpo avança de modo devastador na Terra Indígena Munduruku, impactando o povo, os rios e a floresta.

3. BELO SUN

Jovem Juruna Yudja na aldeia Miratu, localizada na Terra Indígena Paquiçamba, Volta Grande do Xingu, no Pará.

Foto: Marcelo Soubhia/ISA

A mineradora canadense Belo Sun pretende instalar um dos maiores projetos de exploração de ouro a céu aberto da América Latina na Volta Grande do Xingu, no Pará. Essa é uma área de grande biodiversidade na Amazônia, que já sofre os efeitos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e é cortada por Territórios Indígenas (TI)[54].

Em uma das apresentações aos investidores[55], a Belo Sun destaca que será "o maior projeto de ouro ainda não explorado no Brasil", que o tempo de retorno de capital será menor que 2 anos, que a empresa teria uma capitalização de mercado estimada em US$ 160 milhões em fevereiro de 2020, e que a distribuição societária atual envolve fundos canadenses, europeus e americanos.

A Belo Sun tem atualmente 11 processos de pesquisa abertos na Agência Nacional de Mineração que incidem diretamente sobre os TIs Arara da Volta Grande do Xingu e Trincheira Bacajá[56]. Mesmo com o licenciamento do projeto suspenso e enfrentando seis ações na justiça[57], a Belo Sun continua a avançar nas suas intenções em 2019 e 2020. Um relatório técnico mostra que o projeto está repleto de falhas estruturais[58].

Os indígenas afirmam que não aceitarão qualquer projeto que os afaste do rio Xingu ou inviabilize a permanência das comunidades no rio. “Sabemos que temos o direito de ser consultados, de defender nossa terra e tradições, de lutar por condições dignas de vida e de escolher nossas prioridades de desenvolvimento. Nem o governo e nem qualquer empresa podem negar esses direitos”, afirmam[59].

Como a Belo Sun não começou a operar no Brasil, não temos informações sobre seus compradores internacionais. No entanto, os investidores já existem. Entre os 10 principais acionistas da Belo Sun, estão grupos como Palmedo Holdings, dos Estados Unidos; Royal Bank of Canada e BlackRock. As três possuem 33 milhões de dólares em ações da Belo Sun[60].

4. POTÁSSIO DO BRASIL

A Potássio do Brasil é uma empresa brasileira de fertilizantes criada em 2009 que está por trás de um megaprojeto para exploração de potássio no estado do Amazonas. Apesar de afirmar em seu site o respeito “ao meio ambiente e os direitos dos Povos Indígenas”[61], a Potássio é acusada de ter perfurado em áreas dentro da Terra Indígena Jauary, habitada pelo povo Mura, e em áreas adjacentes a outras reservas indígenas que são vitais para a subsistência das comunidades, gerando controvérsias[62]. Além do risco de contaminação dos resíduos da mineração nas águas subterrâneas da região, o projeto pode também afetar a TI Paracuhuba.

Em 2015, a empresa recebeu do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) uma licença ambiental prévia, sem ter sido cumprida a etapa de Consulta Livre, Prévia e Informada estabelecida pela convenção nº 169 da OIT. Após ação do MPF[63], foi firmado acordo prevendo a implementação da consulta ao povo Mura[64], que recebeu a proposta do empreendimento em novembro de 2019.

A Potássio do Brasil não está em plena atuação, o que impede a indicação de compradores internacionais. Em seu site, ela afirma ser uma empresa de capital fechado, controlada por investidores brasileiros e estrangeiros. Não foi possível descobrir a relação completa dos financiadores ou acionistas atuais da companhia a partir das bases de dados às quais a Profundo teve acesso, mediante à falta de informações publicamente disponíveis para empresas dessa natureza e de transparência do setor como um todo.

No entanto, a Potássio do Brasil figura no portfólio da Forbes & Manhattan (F&M), um banco mercantil de capital privado especializado em empresas de mineração que desenvolvem projetos em todo o mundo, explorando ouro na África, metais ferrosos na Ucrânia, cobre, óleo e gás na América do Norte, entre outros projetos. Até fevereiro de 2020, a mesma Forbes & Manhattan apresentava a Belo Sun oficialmente entre seus empreendimentos, mas a empresa já não aparece mais publicamente no seu portfólio. Ao mesmo tempo, a Potássio do Brasil segue em pleno processo de prospecção de novos investidores, anunciando ter levantado US$ 198 milhões desde a concepção do projeto[65].

Photo: Camila Rossi

Crianças do povo Mura brincam no fim da tarde. A Potássio do Brasil é acusada de ter perfurado em áreas dentro da Terra Indígena Jauary, território do povo Mura.

SETOR: AGRONEGÓCIO

Foto: Barbara Dias/Cimi

Josenildo Munduruku, cacique da aldeia Açaizal, observa uma das lavouras de soja que vêm avançando sobre a aldeia.

5. CARGILL

Uma das maiores *traders* de *commodities* do planeta e com receita líquida de R$ 50 bilhões no Brasil em 2019[66], a Cargill foi fundada há mais de 150 anos e possui 155 mil funcionários trabalhando em 70 países[67]. A presença da empresa vai do setor agrícola ao financeiro, incluindo forte presença na área de alimentos e nas indústrias energética e siderúrgica. No mundo, a receita anual da Cargill foi de US$ 114,6 bilhões em 2019[68].

Apesar de ser signatária da Moratória da Soja na Amazônia e afirmar que cerca de 95% da sua safra 2018-19 é livre de desmatamento e conversão[69], a Cargill segue sendo um dos *traders* de soja mais expostos a risco de envolvimento em desmatamento, de acordo com os dados da plataforma Trase. Em 2018, ela foi a segunda *trader* de soja[70] que mais exportou o grão produzido nos 15 municípios com maior área de soja em fazendas associadas com desmatamento ilegal no Mato Grosso.

No Pará, a atuação da Cargill na região do Tapajós, incluindo a construção de um complexo de portos com capacidade para embarcar 5 milhões de toneladas de grãos por ano[71], é apontada como um fator decisivo para o crescimento da produção de soja que tem acirrado disputas locais e aumentado a pressão sobre as Terras Indígenas.

Um exemplo dessas disputas ocorre com o Território Indígena Munduruku do Planalto Santareno, cujo processo de demarcação leva mais de uma década. No território vivem 607 indígenas que, cercados por propriedades de soja, milho, sorgo e fazendas de pecuária, são alvo constante de ameaças por fazendeiros e grileiros da região[72]. Além disso, eles sofrem com os impactos dos agrotóxicos em suas lavouras[73] e com a contaminação e assoreamento de rios e igarapés.

Em setembro de 2018, em meio a pressões do MPF[74] para que a Funai retomasse os estudos para delimitação da TI Munduruku do Planalto Santareno, dez fazendeiros ligados ao Sindicato Rural de Santarém (Sirsan) acionaram a Justiça[75] por supostamente possuírem propriedades na área reivindicada pelos Munduruku. Tendo seu pedido indeferido, e impedidos de interferir juridicamente no processo que exigia a condução de estudos da área reivindicada pelos indígenas, o grupo passou a atuar politicamente para retardar o processo[76], que segue suspenso devido às restrições impostas pela Covid-19. O grupo figura como potencial fornecedor de soja para a Cargill. "Todos os produtores aqui da nossa região são cadastrados na Cargill", segundo o próprio presidente do sindicato[77], um dos autores da petição, o que sugere a possibilidade de a empresa ter entre os seus fornecedores fazendeiros que atuam diretamente para inviabilizar a demarcação de Terras Indígenas na região.

"Com a soja, o que vemos é o desmatamento aumentando cada vez mais para dar lugar a ela. Com isso, nossos rios, nossos igarapés estão secando. Nós, indígenas, não fazemos sopa de soja, não alimentamos nossos filhos com soja. A gente vê essas muitas plantações de soja, às vezes tem 100 mil hectares para um dono… Terra e mais terra, e desmatamento, essa busca por mais e mais terra. Em toda essa região onde tem a Cargill, eles estão acabando com a natureza ao redor e estão expulsando e ameaçando os Povos Indígenas que vivem ali."

Alessandra Munduruku,
Liderança e guerreira do povo Munduruku

A cadeia de fornecimento da soja é pouco transparente, o que dificulta a identificação de empresas que compram diretamente das regiões mencionadas acima. Em 2018, segundo dados da plataforma Trase[78], a soja embarcada pela Cargill em Santarém teve como principal destino a Espanha (30,1%), ultrapassando a China (15,9%), seguida por Bélgica (14,4%) e Reino Unido (12,2%).

De acordo com os dados levantados pelo relatório, bancos como BNP Paribas, J.P. Morgan Chase, HSBC, Deutsche Bank, Bank of America, Barclays e Citigroup emprestaram de US$ 306 milhões a 1 bilhão cada para a Cargill entre janeiro de 2017 e maio de 2020[79]. Entre os principais investidores na Cargill estão a Prudential Financial, a American International Group (AIG) e a MetLife.

Desmate no Planalto Santareno, na região da aldeia Açaizal, no Pará.

Foto: José Cícero da Silva/Agência Pública

6. JBS

A JBS, maior produtora mundial de carne, se apresenta[80] como a maior empresa privada do Brasil fora do setor financeiro e a segunda maior produtora de comida do planeta. São mais de 230 mil funcionários atuando em 15 países[81], nas operações que vão desde carnes *in natura* e congelados até pratos prontos para o consumo.

A JBS também atua em uma diversidade de negócios relacionados à sua cadeia de produção, como couros, biodiesel, embalagens e transportes. A empresa alega que seus produtos chegam a impressionantes 190 países. A JBS encerrou 2019 com uma receita líquida de R$ 204,5 bilhões[82], a maior já registrada na história da empresa e um aumento de 12,6% comparado a 2018. O lucro líquido foi de R$ 6,1 bilhões.

A JBS tem estado no centro de diversas violações de direitos socioambientais e de direitos humanos na Amazônia nos últimos anos. Há cada vez mais evidências de que a gigante brasileira sistematicamente se mostra incapaz de ter um controle adequado sobre a sua cadeia de fornecedores[83].

Em agosto, a Agência Pública revelou que um pecuarista[84] dono de uma fazenda no Mato Grosso – e que acumula mais de R$ 20 milhões em multas ambientais desde os anos 2000 por desmatar a Amazônia – cria gado ilegalmente dentro da Terra Indígena Kayabi e depois fornece os animais para a JBS[85].

Milhares de bois teriam tido a sua verdadeira origem omitida pelo pecuarista. No processo conhecido como de "lavagem do gado", utilizado para ocultar desmatamento ilegal, violações cometidas dentro da Terra Indígena e outras irregularidades associadas à prática pecuária, os animais passam a ser vinculados a uma fazenda supostamente dentro da lei para depois serem fornecidos para a JBS .

Gado criado ilegamente em Terras Indígenas foi fornecido à JBS.

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Situações como essa seguem ocorrendo, mesmo com a JBS tendo assumido há mais de uma década o compromisso de erradicar de toda a sua cadeia de fornecimento fazendas que desmatam, e de ter assinado o "TAC da Carne" (Termo de Ajustamento de Conduta) com o Ministério Público Federal[87]. O termo prevê a proibição do abate de bois criados em Terras Indígenas, reservas ambientais, fazendas abertas sem licença ambiental ou flagradas com trabalho escravo[88]. Em julho de 2020, um relatório da Anistia Internacional[89] revelou que gado bovino criado ilegalmente em áreas protegidas da Floresta Amazônica brasileira entrou na cadeia de fornecimento da JBS, incluindo de fazendas sobrepostas à Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau.

Por outro lado, a pressão global sobre a JBS tem aumentado, inclusive de financiadores. Segundo analistas do banco inglês HSBC[90], a JBS "não tem visão, plano de ação, cronograma, tecnologia ou solução" para monitorar se o gado que compra provém de fazendas envolvidas na destruição da Amazônia.

Indígenas do povo Uru-Eu-Wau-Wau, na Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, Rondônia.

Foto: Gabriel Uchida

Em setembro de 2020, a JBS fez um anúncio[91] se comprometendo a monitorar toda a sua cadeia de fornecedores, inclusive indireta, até 2025. Essa é uma resposta às pressões que a empresa vem recebendo e que podem afetar tanto seus negócios quanto a sua imagem. Mas além de ser um prazo muito longo para garantir a preservação da floresta e para evitar a cumplicidade da empresa na violação de direitos indígenas, a JBS já havia prometido monitorar seus fornecedores indiretos até 2011, e claramente, não cumpriu sua meta.

A China é o hoje o principal destino das exportações da JBS, representado 33,4% do total de negócios da empresa no segundo trimestre de 2020[92]. Ainda assim, as suas subsidiárias como a JBS USA Beef, JBS USA Pork, Pilgrim's Pride, que controlam as operações da empresa na América do Norte, Europa e Austrália, têm importante presença nesses mercados. Um relatório publicado pelo Greenpeace Internacional[93] neste ano revelou que, apesar de apenas uma pequena porção das importações de carne bovina no país vir da Amazônia, os principais supermercados e cadeias de *fast food* britânicos – como Tesco, Sainsbury's, Burger King, McDonalds e KFC – ainda nutrem fortes laços com a JBS pelo fornecimento de carne de porco e frango por parte de suas subsidiárias Tulip e Moy Park.

Entre 2017 e junho de 2020, a JBS recebeu mais de US$ 5 bilhões de dólares em investimentos[94] de instituições como o banco britânico Barclays, o Royal Bank of Canada e o BMO Financial Group, também do Canadá[95]. Além disso, financiadores norte-americanos como os grupos Fidelity Investments, BlackRock, J.P. Morgan Chase, Waddel & Reed Financial e Vanguard também possuem mais de US$ 1,6 bilhão em ações e títulos da JBS[96].

7. COSAN/RAÍZEN

A Cosan S.A., também conhecida como Grupo Cosan, é uma empresa de capital aberto e líder mundial na produção, processamento e comercialização de cana-de-açúcar e etanol. Entre as empresas do grupo, está uma *joint venture* com a holandesa Shell chamada Raízen, que além de produzir e comercializar derivados da cana-de-açúcar (incluindo etanol), é uma das maiores distribuidoras de combustíveis do Brasil[97]. Hoje, além da Raízen, fazem parte do grupo Cosan Limited as empresas Comgás, maior distribuidora de gás do Brasil e a operadora ferroviária Rumo, maior da América Latina. Em 2019, a Cosan registrou um lucro líquido de R$ 2,4 bilhões[98].

Parte desse sucesso esconde uma história de seis décadas de violações de direitos dos Povos Indígenas no Mato Grosso. Na década de 1960, a família Ometto, dona da Cosan na época, recebeu autorização do governo federal para criar a Agropecuária Suia-Missú[99] S/A. O empreendimento na região compreendia entre 800 mil e 1,7 milhão de hectares, e é considerado o maior latifúndio do Brasil[100]. Sua implementação envolveu a remoção forçada da comunidade Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé, que foi submetida a um regime de trabalho análogo à escravidão, ao serem utilizados como mão de obra na fazenda. Apenas nos anos 2000, os Xavante tiveram parte de sua área demarcada e homologada[101].

Em 2017, o MPF moveu uma ação civil pública com um pedido de indenização de R$ 129,83 milhões ao povo Xavante da TI Marâiwatsédé[102] pelas violações de direitos humanos sofridas com a construção sobre as Terras Indígenas do projeto agrícola Suiá-Missu. Os réus dessa ação são a Funai, o estado do Mato Grosso e nove herdeiros da família Ometto, sócios da Cosan. Além da indenização em dinheiro, o MPF também pede um pedido de desculpas e a reparação ambiental da área.

Esse não é um caso recente, e o grupo Cosan não possui mais terras na área da TI Marâiwatsédé. No entanto, ele tem destaque nesse relatório porque pode vir a representar uma conquista histórica para os Xavante, caso a justiça decida a favor da ação de 2017 do MPF.

E além disso, as ramificações do caso são sentidas até hoje. A comunidade segue sofrendo com invasões de produtores rurais e a TI Marâiwatsédé é a Terra Indígena mais desmatada da Amazônia Legal, com perda de 75,5% de sua cobertura vegetal original[103].

E depois de mais de meio século, o poder da família Ometto permanece intacto. Rubens Ometto Silveira Mello, também réu na ação do MPF, tornou-se em 2018 o primeiro bilionário do setor de etanol do mundo[104]. Ele é presidente do conselho de administração da Cosan e foi o maior doador individual das eleições de 2018[105], com R$ 6,63 milhões distribuídos para 57 candidaturas. Entre as empresas que compram o açúcar exportado pela Cosan, estão a CSC Sugar (EUA), a Wilmar International (Cingapura) e a Nestlé (Suíça). Em 2019, a Nestlé, adquiriu cana-de-açúcar diretamente de subsidiárias da Raízen que obtinham o produto nos estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul[106].

Entre os principais acionistas da Cosan, constam três corporações dos Estados Unidos: BlackRock, Bank of New York Mellon e Vanguard[107]. Bancos como o canadense Scotiabank; o espanhol Santander; os americanos Morgan Stanley, Citigroup e J.P. Morgan Chase; e o francês BNP Paribas emprestaram, no total, US$ 883 milhões de dólares para a Cosan entre janeiro de 2017 e maio de 2020[108].

Em 2017, o MPF moveu uma ação civil pública com um pedido de indenização ao povo Xavante, da Terra Indígena Marâiwatsédé, pelas violações de direitos humanos sofridas com a construção sobre suas terras do projeto agrícola Suiá-Missu, nos anos 1960, pela Cosan.

Foto: Vitor Massao

Foto: Energia Sustentável do Brasil/Divulgação

SETOR: ENERGIA

8. ENERGISA MATO GROSSO

Parte do grupo Energisa, quinto maior distribuidor de energia do Brasil, a Energisa Mato Grosso foi indiciada em 2019 pelo Ministério Público Federal por fornecer eletrificação rural para posseiros ilegais que vêm promovendo invasões na TI Urubu Branco desde 1998[109].

Segundo ação civil pública proposta pelo MPF, a empresa negou acesso aos dados pessoais dos invasores, ao mesmo tempo que negou consistentemente eletrificação às comunidades indígenas, alegando que esse território estava sob disputa. A Funai e a União também foram indiciadas no mesmo processo pela demora de 16 anos na garantia de posse ao povo Tapirapé[110].

BlackRock, J.P. Morgan Chase, Vanguard e Bank Of New York Mellon estão entre os principais acionistas do grupo Energisa[111]. Citigroup, com 131 milhões de dólares, e Bank of America, com US$ 79 milhões, estão entre os principais credores do grupo entre 2017 e 2020. O Citigroup emprestou diretamente 30 milhões de dólares para a Energisa MT[112].

Tapirapés se preocupam com futuras gerações diante do avanço do desmatamento em seu território.

Foto: José Cícero da Silva/Agência Pública

9. BOM FUTURO ENERGIA

A empresa é parte do Grupo Bom Futuro, que pertence à família do ex-ministro da Agricultura, ex-senador e ex-governador do Mato Grosso Blairo Maggi. A Bom Futuro Energia tem sido questionada pelo Povo Indígena Xavante por infringir a consulta prévia sobre a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas no rio das Mortes e no rio Cumbuco, que afetarão várias Terras Indígenas no Mato Grosso[113].

Os indígenas apontam para o fato do Estudo de Componente Indígena para o licenciamento das obras considerar que apenas a TI Sangradouro será afetada. Segundo eles, também serão afetadas a TI Merure, do povo Bororo, e as TIs Areões, São Marcos e Pimentel Barbosa, do povo Xavante[114].

Os indígenas questionam[115] ainda interferência de empresários, políticos e representantes de fazendeiros da região[116] nos debates a respeito da realização da Consulta Prévia, Livre e Informada sobre o empreendimento junto aos povos Xavante e Bororo.

"O Rio das Mortes passa nesses territórios e é central para a reprodução da nossa vida e da nossa cultura. Entendemos que a participação dessas comunidades é essencial para que a Consulta seja legítima", afirma o povo Xavante em moção de 20 de março de 2020[117].

Até o encerramento da pesquisa que gerou este relatório, não havia sido possível localizar informações específicas sobre o financiamento internacional da Bom Futuro Energia.

Encontramos apenas dados no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) sobre fornecedores de crédito para a Bom Futuro Agrícola, outra subsidiária do Grupo. O americano John Deere Bank emprestou US$ 42 milhões para essa empresa do setor agrícola, entre 2017 e 2020[118].

Desde 2014, a Equatorial tenta acelerar o processo de instalação de uma linha de transmissão cujos impactos afetam os indígenas Akroá-Gamella.

Foto: Ana Mendes/Cimi

10. EQUATORIAL ENERGIA MARANHÃO

A Equatorial Energia Maranhão, que, até outubro de 2019, era a Companhia Energética do Maranhão (Cemar), privatizada em 2000, consta neste relatório por seu histórico de conflitos com indígenas no estado do Maranhão, em disputas sobre instalação de linhas de energia.

A empresa tenta desde 2014 acelerar o processo de instalação da linha de transmissão Miranda do Norte-Três Marias, cujos impactos afetam os indígenas Akroá-Gamella – uma etnia que busca há quatro décadas a demarcação de suas terras no Maranhão. Aliada de políticos locais, a Equatorial contribui para um acirramento das tensões na região. A partir de 2016, esse território passou a ser alvo de ataques frequentes. Em um deles, em 2017, indígenas Akroá-Gamella tiveram as mãos decepadas[119].

Em 2018, a Justiça do Maranhão ordenou a suspensão imediata dos trabalhos realizados pela empresa dentro do território, revendo uma decisão anterior que não conferia o reconhecimento da comunidade como indígena[121 122].

Nesse mesmo ano, o Ministério Público Federal também denunciou a Cemar/Equatorial[123] por firmar um acordo nulo e insuficiente com o Povo Indígena Krikati e a Funai por permitir a passagem de duas linhas de transmissão sobre a TI Krikati.

O espanhol Santander emprestou US$ 341 milhões de dólares para o Grupo Equatorial de 2017 a 2020, e o Standard Bank da África do Sul, US$ 80 milhões[124]. Entre os principais acionistas do grupo, estão a BlackRock, o CPP Investment Board, o Government Pension Fund da Noruega, a Vanguard e a Schroders[125].

Mulher indígena da aldeia Mynawa, na Terra Indígena Waimiri Atroari.

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

11. ELETRONORTE

Subsidiária da estatal Eletrobras, a maior empresa de geração de energia do Brasil, a Eletronorte tenta viabilizar a construção de uma linha de transmissão entre os estados de Roraima e do Amazonas que passará diretamente sobre as terras do Povo Indígena Waimiri-Atroari[126].

Perseguidos pela ditadura militar brasileira e reduzidos a 350 pessoas após a morte de 2,5 mil pessoas nas últimas décadas, os Waimiri-Atroari exigem o direito da Consulta Livre, Prévia e Informada, garantidos pela Constituição e pela Convenção 169 da OIT.

Em 2018, o MPF abriu uma Ação Civil Pública[127] com o propósito de cobrar reparações e indenizações do estado brasileiro pelo crime de genocídio cometido contra os Waimiri-Atroari durante a construção da BR-174 entre as décadas de 1970 e 1980, em plena ditadura militar. Segundo relatos de sobreviventes, militares lançaram veneno e explosivos de helicópteros sobre a região. Homens por terra fuzilaram e degolaram centenas de indígenas.

Com o Projeto de Lei Complementar (PLP) 275/2019[128] tramitando no Senado, que pretende declarar a passagem de linhas de transmissão de energia elétrica por Terras Indígenas de relevante interesse público da União, destravando projetos em fase de estudos ou licenciamento, a preocupação dos Waimiri-Atroari aumenta. Apesar de prever escuta e assegurar a compensação financeira às comunidades indígenas afetadas, o projeto não lhes dá poder de veto, o que na prática coloca seus interesses em segundo plano, mesmo se tratando de seus territórios.

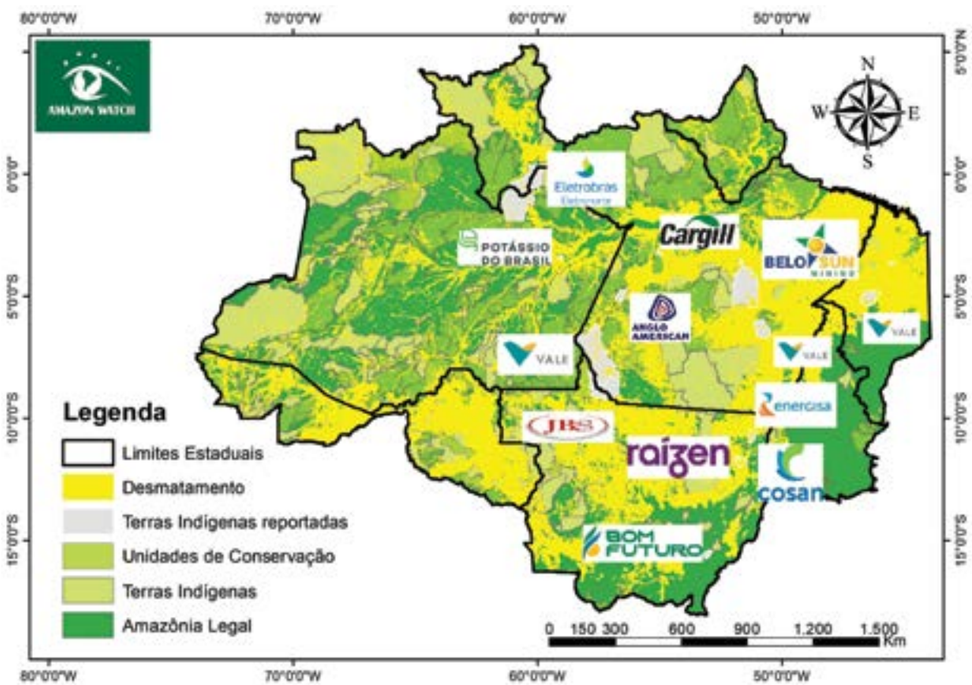
Além dos riscos que esses projetos representam para as Terras Indígenas, o temor dos Waimiri-Atroari é que ocorra, com o projeto da Eletronorte, uma nova tragédia em função da incapacidade do Estado de mitigar e impedir os impactos que toda grande obra costuma provocar na Amazônia: imigração descontrolada, disseminação de doenças, aumento da violência, conflitos e invasões de terras[129].

"Ficamos todos preocupados. Todos nos perguntamos: vai se repetir o que aconteceu na década de 1970?", questiona Marcelo Euepi Atroari[130]. Ele reforça que os indígenas exigem apenas as compensações devidas pelos impactos da implantação do linhão e que seja respeitado seu direito à consulta.

Entre os principais investidores no grupo Eletrobras, estão o Santander, que emprestou US$ 1,6 bilhão de 2017 a 2020, o Goldman Sachs (US$ 417 milhões), o Bank of America (US$ 210 milhões) e o Citigroup (US$ 90 milhões)[131]. Entre os maiores acionistas, constam o Bank of New York Mellon, BlackRock, Vanguard e Miles Capital[132].

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

Área de floresta derrubada e queimada e vista na zona rural do município de Apuí, Amazonas.



As 11 empresas e os Territórios Indígenas nos quais existem indícios de envolvimento em violações de direitos ambientais e de Povos Indígenas.

(Fontes: ver Referências na página 87)

CHINA, IMPACTO DIRETO NA AMAZÔNIA E VASTA PRESENÇA NA AMÉRICA LATINA

A presença chinesa na América Latina, no Brasil e na Amazônia pode ser percebida pela massiva quantidade de dinheiro chinês injetado na região. Nos últimos dez anos, US$ 71 bilhões foram gastos pelos chineses para garantir aquisições de empresas na América Latina, e a China já compra mais de um quarto de toda a exportação de *commodities* do continente[133].

O estoque atual de investimentos chineses na região é de US$ 207 bilhões, sobretudo em infraestrutura, energia, mineração, hidrocarbonetos, agronegócio e tecnologia. As transações comerciais chinesas com a América Latina já superam US$ 200 bilhões[134]. A China também forneceu crédito de US$ 141 bilhões na última década[135] para os países da região, superando o fornecido por instituições como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial.

Boa parte desse dinheiro foi para o Brasil. Os chineses controlam, por exemplo, a LP Sementes[136], empresa que surgiu da compra da Dow AgroSciences Sementes e Biotecnologia Brasil, que possui 20% do mercado nacional de sementes de milho.

A Hunan Dakang Pasture Farming é dona majoritária da *trading* e processadora de grãos brasileira Fiagril Ltda, que processa soja e milho no Mato Grosso. O Brasil é responsável por cerca de 60% das importações totais de soja pela China, o maior importador global do produto. A chinesa Cofco é a terceira maior exportadora de soja do Brasil, atrás de Bunge e Cargill[137].

Além da soja, a China também importa mais de 60% do minério de ferro brasileiro, sobretudo da Vale[138], a maior violadora de direitos neste relatório.

Investidores chineses também estão por trás da linha de transmissão de Belo Monte[139], com 2,5 mil quilômetros, do Pará até o Rio de Janeiro. Eles investiram mais de US$ 6 bilhões nessa expansão. Boa parte do dinheiro chinês está no setor de energia[140], petróleo e petroquímica.

Na exportação de carnes, o Brasil aumentou em 53% a venda de proteína para a China[141] só em 2019. Essa carne vem de empresas como JBS, Marfrig e Minerva, todas com um passivo ambiental enorme. A conexão entre o apetite chinês, a demanda sempre crescente por *commodities*, obras de infraestrutura e violações de direitos socioambientais está por toda parte na Amazônia[142].

Bilhões de dólares de capital chinês também são direcionados para pelo menos três grandes projetos de ferrovias que cortam a Amazônia[143] e para dezenas de portos no rio Tapajós, com o objetivo de melhorar o escoamento de soja e minério de ferro. No caminho, Povos Indígenas e comunidades tradicionais.

Foto: Christian Braga/Greenpeace

O FINANCIAMENTO DA DESTRUIÇÃO: O PAPEL DOS BANCOS, FUNDOS DE INVESTIMENTOS E ACIONISTAS

As violações de direitos socioambientais e indígenas expostas neste relatório não seriam possíveis sem o financiamento que grandes atores do mercado global fornecem para as empresas que contribuem para a destruição da maior floresta tropical do planeta.

Para cobrar a responsabilidade de cada um é preciso revelar quem são eles, quais empresas eles apoiam, quanto e como eles investem, e que responsabilidade assumem, ou não, para garantir que toda a cadeia que eles financiam esteja livre de desmatamento, invasões de terras e outras investidas contra o meio ambiente e direitos dos Povos Indígenas.

Os trilhões de dólares sob gestão dessas instituições, que representam centenas de milhões de pessoas – seja como clientes de bancos, seja como investidores individuais –, são um poderoso instrumento de pressão para que gigantes do agronegócio, da mineração e do setor de energia entendam de maneira clara e direta que essa responsabilidade não pode mais ser negligenciada. O mundo está de olho e dizendo que não está mais disposto a aceitar que os negócios sejam tocados como sempre, sem controle e a troco do futuro do planeta.

Este relatório é uma chamada à ação.

TOP 6 INVESTIDORES

Entre gestores de ativos (*asset management*) e bancos de investimento, as seis grandes corporações financeiras que merecem destaque neste relatório – BlackRock, Citigroup, J.P. Morgan Chase, Vanguard, Bank of America e Dimensional Fund Advisors – contribuíram com mais de 18 bilhões de dólares para as empresas detalhadas nos estudos de caso, somente de 2017 a 2020[144].

Destacamos essas seis instituições diante do fato de que cada uma delas investe em mais da metade das empresas citadas no relatório, e porque são empresas sediadas nos Estados Unidos, onde está localizada a Amazon Watch, o que facilita a possibilidade de maior diálogo, engajamento e campanha. (*Ver seção Metodologia para mais detalhes*).

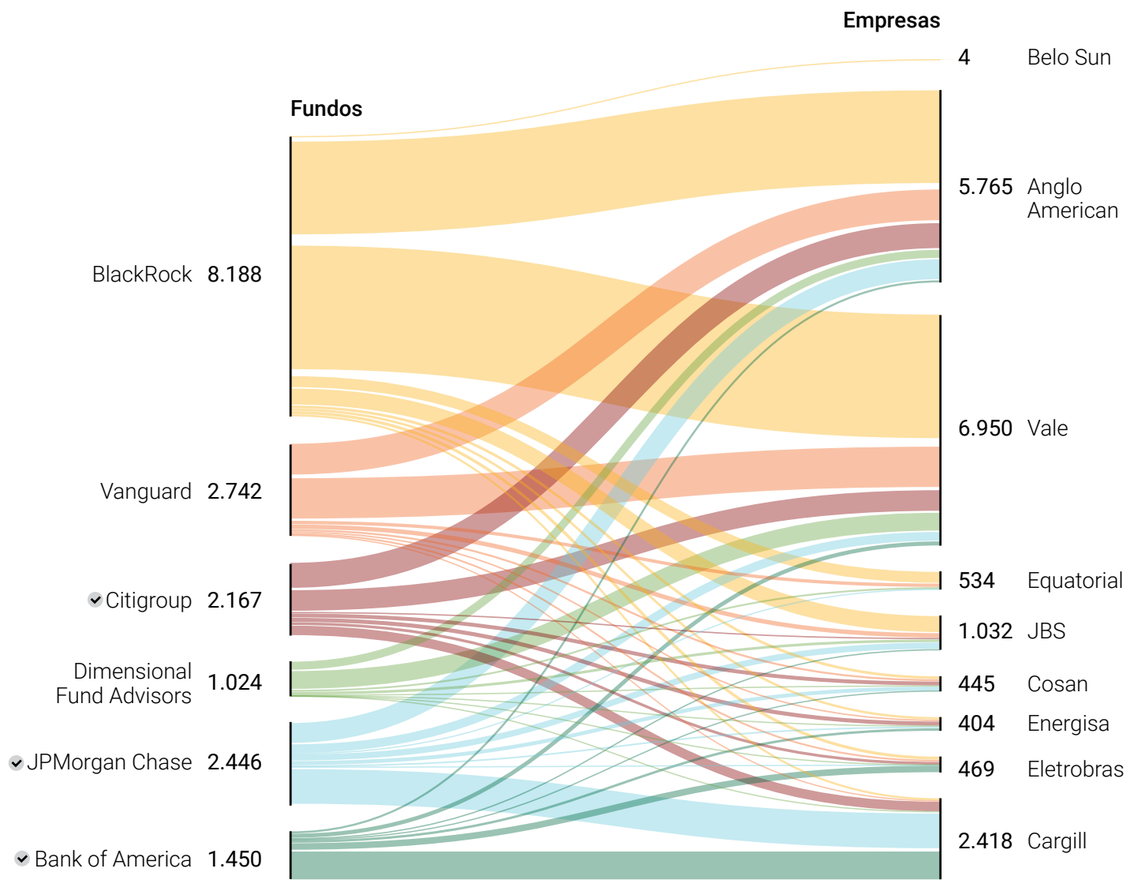
Embora muitas dessas corporações tenham feito promessas e comprometimentos públicos com questões ambientais, sociais e, em alguns casos, com direitos indígenas, elas continuam investindo em um modelo de negócio que apoia empresas que colecionam violações de direitos socioambientais.

É importante que essas corporações sejam responsabilizadas, que seus investidores saibam para onde está indo o seu dinheiro, e que o público em geral tome conhecimento disso. Também é importante expor as violações das quais elas são cúmplices e mostrar que os compromissos ambientais e com direitos humanos que essas firmas dizem assumir muitas vezes não passam de teoria. É chegado o tempo de agir, e passar do discurso à prática.

Além dessas seis instituições americanas, o relatório também identifica diversas corporações de diferentes países, incluindo grandes bancos e fundos de investimento da França, Japão, Inglaterra, Espanha, China, Canadá, Holanda, Noruega, Espanha, Suíça, Alemanha, Austrália e diversos outros lugares, além do Brasil. Uma lista com os investidores mais frequentes das empresas mencionadas nos estudos de caso e dados mais detalhados de seus investimentos se encontra no apêndice deste relatório[145].

TOP 6 INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
Investimentos em milhões US$

Política para Povos Indígenas



Fonte: B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. Set. 2020.

BLACKROCK

A BlackRock é a maior gestora de ativos do mundo, com mais de US$ 7,3 trilhões de dólares sob a sua administração[146]. E também é, com folga, a instituição que mais investe nas empresas listadas neste relatório, com US$ 8.2 bilhões no total.

A BlackRock investe em todas as empresas citadas neste relatório para as quais foi possível obter dados financeiros: Anglo American, Belo Sun, Cargill, Cosan, Eletrobras, Energisa, Equatorial, Vale e JBS[147].

Muitos dos ativos que a BlackRock administra internacionalmente são mantidas em *fundos indexados* (que rastreiam índices de mercado), e são oferecidas a investidores em todo o mundo. No Brasil, a maioria desses investimentos acontece via "índices representativos", que são selos de qualidade da B3, a Bolsa de Valores brasileira, e funcionam como um guia para o investidor, indicando ativos mais promissores em cada segmento. Alguns desses índices alegam incluir critérios de sustentabilidade aos de desempenho das ações, mas isso não impede que empresas com histórico de envolvimento em problemas ambientais sejam incluídas em suas listas[148].

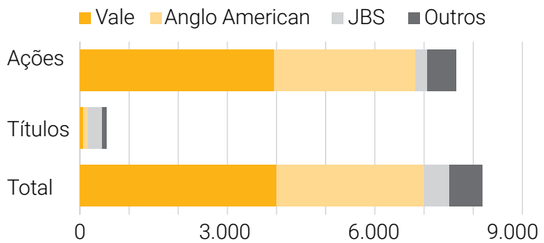
A BlackRock não possui uma política sobre como lidar com os investimentos que possam impactar o direito de Povos Indígenas[149]. Tampouco tem se comprometido a pressionar as empresas nas quais ela investe para atuar pelo fim do desmatamento nas florestas tropicais como a Amazônia[150].

Pelo contrário, um relatório de 2019 da Amazon Watch e Friends Of The Earth[151] mostra como a BlackRock é o maior investidor no mundo, com conexões com as empresas por trás do desmatamento na Amazônia e ao redor do mundo. Outro relatório recente da Amazon Watch, "Investing in Amazon Crude", mostrou também que no final de 2019, a BlackRock detinha nada menos do que US$ 2.5 bilhões em ações em empresas de petróleo operando na Amazônia Ocidental.[152] Como destacou a campanha BlackRock's Big Problem[153] , a gestora de ativos e seus porta-vozes alegam levar a crise climática a sério – mas têm feito pouco para firmar o seu compromisso de realmente encerrar seu papel em causá-la.

Foto: Amazon Watch

Equipe da Amazon Watch participa do Dia Global de Ação pela Amazônia, em 5 de setembro de 2019.

BLACKROCK
Investimentos em milhões US$



	Empresas	Ações	Títulos	Total
■	Vale	3.941	51	3.992
■	Anglo American	2.887	109	2.996
■	JBS	238	279	517
■	Equatorial	354		354
■	Eletrobras	66	30	96
■	Cosan	86	1	87
■	Energisa	76		76
■	Cargill		66	66
■	Belo Sun	4		4

Obs.: Potássio do Brasil e Grupo Bom Futuro não foram analisadas por ausência de dados.

CITIGROUP

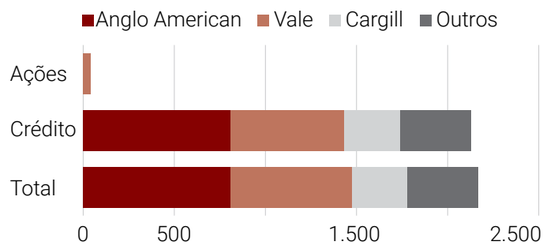
Com mais de 200 milhões de clientes em 160 países, o Citigroup é um grande banco americano no Top 6 deste relatório. O Citi investiu quase US$ 2,2 bilhões de dólares entre 2017 e 2020 na Anglo American, Cargill, Cosan, Eletrobras, Energisa, JBS e Vale. Entre os seus acionistas, constam a BlackRock e a Vanguard[154].

Na sua política socioambiental[155] , o Citi não menciona expressamente o caso da Amazônia e do Brasil, mas se diz comprometido em mitigar a crise climática, em colaborar para a transição para uma economia de baixo carbono, e em reduzir os impactos ambientais nas áreas em que atua e nos investimentos que apoia. O documento também afirma que o Citi irá "tratar as transações com cautela extra e conduzir a devida diligência" quando as atividades da empresa puderem causar "efeitos adversos em áreas usadas ou tradicionalmente reivindicadas por uma comunidade indígena; sua autopreservação comunitária baseada em modos de vida tradicionais; ou o uso ou gozo de herança cultural crítica que seja essencial para sua identidade e/ou aspectos culturais, cerimoniais ou espirituais de suas vidas". Finalmente, o banco afirma que espera que os projetos nos quais investe tenham feito esforços para respeitar o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada dos Povos Indígenas afetados.

No entanto, além dos casos citados neste relatório, a Amazon Watch também revelou que o Citi contribuiu com US$ 827 milhões[156] entre 2017 e 2019 para empresas petrolíferas – Geopark, Frontera Energy e Andes Petroleum – que atuam na Amazônia Ocidental, cuja extração não é apenas terrível para o clima, mas também fortemente combatida pelas comunidades indígenas.

CITIGROUP

Investimentos em milhões US$



Empresas	Ações	Crédito	Total
Anglo American		807	807
Vale	41	624	665
Cargill		306	306
Energisa		131	131
Cosan		125	125
Eletrobras		90	90
JBS	0,2	44	44

Obs.: Potássio do Brasil e Grupo Bom Futuro não foram analisadas por ausência de dados.

JPMORGAN CHASE

Considerando o total de ativos, superior a US$ 2,6 trilhões, o J.P. Morgan é considerado o maior banco dos Estados Unidos e o sétimo maior do mundo[157]. Ele financia 8 das 11 empresas deste relatório: Anglo American, Cargill, Cosan, Energisa, Vale, JBS, Equatorial e Eletrobrás com US$ 2,4 bilhões no total.

O J.P. Morgan também é, com vantagem de US$ 70 bilhões sobre o segundo colocado, o maior investidor do mundo em combustíveis fósseis[158], no total de US$ 268 bilhões segundo relatório da Rainforest Action Network.

O J.P. Morgan é signatário de diversos compromissos com direitos humanos em todo o mundo, como os "Princípios Para Um Investimento Responsável" das Organizações Unidas[159], a Iniciativa de Transparência Para a Indústria Extrativa[160] e os Princípios do Equador[161]. Apesar de um compromisso recente (e vago) de alinhar suas práticas de investimento com o acordo de Paris, o JPMC não anunciou políticas que limitem seu financiamento a indústrias que violam os direitos indígenas e incorrem em mais desmatamento. No lugar disso, escolheu concentrar seus esforços no aumento do apoio a fontes alternativas de energia.

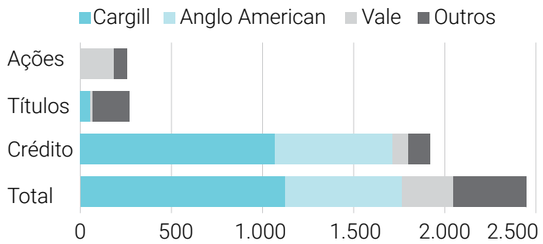
Além disso, as políticas do banco para os Povos Indígenas e para tratar de riscos ao meio ambiente por parte das empresas nas quais ele investe são bastante genéricas. No documento em que detalha a sua política social e ambiental[162], o J.P. Morgan diz esperar "alinhamento com os objetivos e requisitos da Norma 7 da International Finance Corporation sobre Povos Indígenas, incluindo com relação às circunstâncias que exigem Consulta Livre, Prévia e Informada", mas não estabelece nenhuma obrigação vinculante quanto a isso. Ademais, não há evidências acerca da implementação dessa política, e os casos apresentados neste relatório sugerem que o banco não possui mecanismos de acompanhamento adequados.

Foto: Rainforest Action Network

Amazon Watch, Rainforest Action Network, e representantes indígenas da Amazônia protestam contra o JP Morgan Chase durante a Assembleia Geral Anual do banco, em 2018.

JPMORGAN CHASE

Investimentos em milhões US$



Empresas	Ações	Títulos	Crédito	Total
Cargill		54	1.067	1.121
Anglo American			642	642
Vale	185	12	87	284
JBS	2	197		199
Cosan	1		125	126
Energisa	53			53
Equatorial	14			14
Eletrobras		8		8

Obs.: Potássio do Brasil e Grupo Bom Futuro não foram analisadas por ausência de dados.

VANGUARD

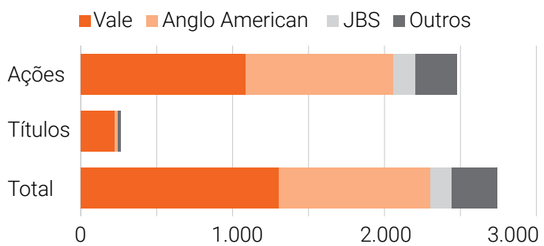
Segunda maior gestora de ativos do planeta atrás da BlackRock, a Vanguard financia empresas presentes neste relatório: Anglo American, Cosan, Cargill, Eletrobras, Energisa, Equatorial, Vale e JBS, com US$ 2,7 bilhões de 2017 a 2020.

Com mais de US$ 6 trilhões sob gestão no total[163], a Vanguard é a maior administradora de fundos de investimento do planeta, que costuma reunir a aposentadoria de milhões de clientes. No caso da Vanguard, mais de 30 milhões de pessoas em 170 países. Em seu site, é impossível achar qualquer compromisso com o meio ambiente ou com Povos Indígenas[164]. Mas deixa claro que "o interesse do investidor vem em primeiro lugar"[165].

Foto: Ana Pessoa/Mídia Ninja

Lideranças indígenas da APIB em frente à ONU, em Bruxelas, logo após o assassinato de Paulo Paulino Guajajara.

VANGUARD
Investimentos em milhões US$



Empresas	Ações	Títulos	Total
Vale	1.082	221	1.303
Anglo American	975	19	994
JBS	141	0,7	142
Equatorial	107		107
Cosan	64		64
Eletrobras	59		59
Energisa	49		49
Cargill		24	24

Obs.: Potássio do Brasil e Grupo Bom Futuro não foram analisadas por ausência de dados.

BANK OF AMERICA

Segundo maior banco dos Estados Unidos, depois do J.P. Morgan Chase, o Bank of America contribuiu com US$ 1,45 bilhão entre 2017 e 2020 para sete empresas deste relatório: Anglo American, Cargill, Cosan, Eletrobras, Energisa, Vale e JBS[166].

No seu guia de política socioambiental, o Bank of America afirma que "as mudanças climáticas representam um risco significativo para nossos negócios, nossos clientes e as comunidades onde vivemos e trabalhamos"[167].

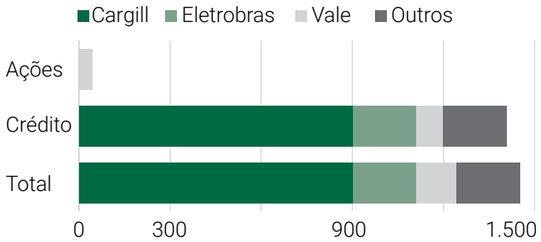
O banco também reconhece que, pelo seu tamanho, "tem uma responsabilidade e um papel importante a desempenhar ajudando a mitigar e criar resiliência às mudanças climáticas para acelerar a transição de uma sociedade de alto carbono para uma sociedade de baixo carbono"[168].

O Bank of America afirma apoiar o Acordo de Paris, os Princípios do Equador, e diz conduzir os seus negócios em consonância, por exemplo, com as convenções da Organização Internacional do Trabalho[169].

A política do banco reconhece que os Povos Indígenas estão sob ameaça e afirma que conduz diligências para averiguar se os negócios que apoia estão de acordo com outras normas internacionais, como a Norma 7, sobre Povos Indígenas, da International Finance Corporation.[170] Não é o caso das instituições apoiadas pelo Bank of America presentes neste relatório.

O Bank of America também afirma levar em conta os riscos do comércio de *commodities* e analisar os impactos de grandes barragens, do desmatamento e de indústrias extrativas. No entanto, o acompanhamento feito pelo banco parece insuficiente, uma vez que não consegue identificar que seus investimentos estão sendo destinados a empresas relacionadas a violações graves aos direitos dos Povos Indígenas e ao meio ambiente.

BANK OF AMERICA
Investimentos em milhões US$



Empresas	Ações	Títulos	Crédito	Total
Cargill			900	900
Eletrobras			210	210
Vale	44		87	131
Energisa			79	79
Anglo American			66	66
JBS	0,1		44	44
Cosan			21	21

Obs.: Potássio do Brasil e Grupo Bom Futuro não foram analisadas por ausência de dados.

DIMENSIONAL FUND ADVISORS

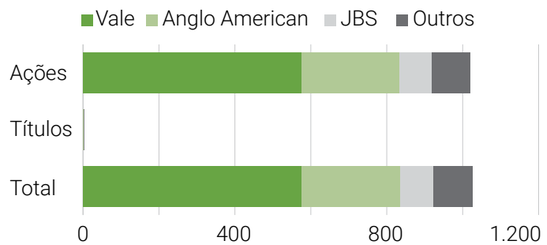
Única firma de *private equity* – diversos tipos de investimento feitos via capital fechado – entre os Top 6 investidores deste relatório, a Dimensional Fund Advisors (DFA) investiu na Anglo American, Cosan, Energisa, Equatorial, Eletrobrás, Vale, Cargill e JBS, com pouco mais de US$ 1 bilhão no total, de 2017 a 2020.

A carteira de investimentos, no entanto, conta com US$ 514 bilhões sob sua gestão[171]. Sem qualquer tipo de compromisso social, ambiental ou com Povos Indígenas listados em seu site oficial, o único compromisso expresso da DFA parece ser mesmo o lucro.

A DFA alega oferecer[172] uma variada lista de estratégias para "o mais alto retorno possível em lucros". Como ele é obtido, parece ser algo secundário na avaliação da DFA.

DIMENSIONAL FUND ADVISORS

Investimentos em milhões US$



Empresas	Ações	Títulos	Total
Vale	575		575
Anglo American	258	2	260
JBS	85	0,3	86
Equatorial	59		59
Cosan	22		22
Energisa	16		16
Eletrobras	6		6
Cargill		1	1

Obs.: Potássio do Brasil e Grupo Bom Futuro não foram analisadas por ausência de dados.

Liderança Kaorewyei Reginaldo Tapirapé, do Povo Tapirapé.

Photo: Julia Dolce/Agência Pública

Queimadas em área próxima aos limites da Terra Indígena Kaxarari, município de Lábrea, no Amazonas.

Foto: Christian Braga/Greenpeace

RECOMENDAÇÕES

Pelo segundo ano seguido, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), em parceria com a Amazon Watch, revela uma rede de atores nacionais e internacionais envolvidos em situações de conflito em Terras Indígenas, invasões, desmatamento e violações de direitos humanos na Amazônia brasileira.

Os compromissos encontrados nas políticas de governos e do setor privado que instituições financeiras do mundo dizem adotar – quando o fazem – não podem ser mais um documento perdido no emaranhado de informações de cada site oficial. Esses compromissos precisam ser reais e implementados imediatamente.

Este relatório enumera as seguintes recomendações para ajudar a transformar intenções em prática.

Foto: Todd Southgate/Fundação Darcy Ribeiro

PARA EMPRESAS EM ATUAÇÃO NO BRASIL:

1. Garantir em todas as circunstâncias que suas atividades respeitem os direitos indígenas, como o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.
2. Adotar uma política de tolerância zero para quaisquer atos de violência contra defensores do meio ambiente nos territórios onde atuam.
3. Interromper toda e qualquer atividade que possa contribuir com o desmatamento e com ameaças aos territórios e aos direitos indígenas.
4. Excluir de suas cadeias produtivas todos fornecedores, diretos ou indiretos, envolvidos com desmatamento, invasões de Terras Indígenas, ou outras ameaças descritas neste relatório.
5. Disponibilizar publicamente mecanismos de rastreabilidade que permitam a transparência de toda a sua cadeia de suprimentos, até a menor unidade administrativa, para o melhor acompanhamento dos reguladores governamentais e da sociedade civil.

PARA EMPRESAS IMPORTADORAS:

1. Comprometer-se com políticas de desmatamento zero, de garantia dos direitos humanos e respeito aos direitos indígenas, com metas verificáveis e relatórios de progresso disponibilizados publicamente.
2. Excluir de seus catálogos de fornecedores empresas envolvidas, direta ou indiretamente, com desmatamento, invasões de Terras Indígenas, violações de direitos humanos ou outras ameaças descritas neste relatório.
3. Refinar os mecanismos de controle e monitoramento de suas cadeias produtivas para melhorar o rastreamento de *commodities* desde a sua origem, garantindo a transparência e publicidade dos principais achados.
4. Exigir que as empresas fornecedoras que tenham violações identificadas realizem adequações imediatas dentro do prazo máximo de um ano, sob risco de serem excluídas da cadeia de fornecimento.

PARA INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS:

1. Comprometer-se com políticas de desmatamento zero, de garantia dos direitos humanos e respeito aos direitos indígenas, com metas verificáveis e relatórios de progresso disponibilizados publicamente.
2. Criar ou reforçar mecanismos internos de controle e monitoramento, para garantir que não haja investimentos em áreas de destruição ambiental, violações de direitos humanos e conflitos em Territórios Indígenas.
3. Exigir que as empresas de seus portfólios desenvolvam políticas vinculantes que salvaguardem os direitos indígenas, como o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada; que eliminem o desmatamento de suas cadeias produtivas e que adotem medidas de transparência em relação a seus fornecedores como critério para receber financiamento ou investimento.
4. Conduzir periodicamente diligências próprias do seu portfólio de empresas com base nos mais altos padrões de direitos humanos e socioambientais, independente do nível de relacionamento direto ou indireto.
5. Excluir do seu portfólio empresas que possuam sistemáticas violações de direitos socioambientais e de direitos humanos e que se recusem a implementar políticas abrangentes de desmatamento zero e respeito aos direitos indígenas.

PARA LEGISLADORES E GOVERNOS EM TODO O MUNDO:

1. Criar mecanismos de acompanhamento, controle e transparência para as instituições financeiras, empresas de *commodities* e importadoras que tenham relação direta ou indireta com a Amazônia brasileira.
2. Exigir que os produtos que os seus países importam não estejam destruindo a Amazônia nem violando os direitos de Povos Indígenas, comunidades ribeirinhas e tradicionais.
3. Em caso de reincidência nas violações, barrar a importação de produtos de empresas envolvidas em irregularidades, impedir que estas empresas sigam a receber financiamento de bancos públicos, e acabar com os incentivos para que elas recebam financiamento privado.
4. Abster-se de celebrar acordos comerciais, incluindo o acordo União Europeia – Mercosul, até que haja salvaguardas robustas e verificáveis estabelecidas para a preservação dos direitos e Territórios Indígenas, especialmente na Amazônia brasileira.

AMAZÔNIA EM CRISE

AS SEÇÕES A SEGUIR OFERECEM UM PANORAMA DAS COMPLEXAS CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS, POLÍTICAS E ECONÔMICAS QUE TÊM SIDO EXACERBADAS PELO REGIME BOLSONARO, E QUE TÊM DADO ORIGEM ÀS TENDÊNCIAS ALARMANTES QUE A AMAZÔNIA E AS COMUNIDADES INDÍGENAS ENFRENTAM NOS ÚLTIMOS ANOS.

Foto: Christian Braga/Greenpeace

Foto: Vinícius Mendonça/Ibama

AMEAÇAS À AMAZÔNIA E ATAQUES AOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

O desmatamento já chegou a 17% em toda a Bacia Amazônica, e a quase 20% na Amazônia brasileira. O aumento do desmatamento, combinado com as mudanças climáticas globais, podem resultar na rápida conversão da floresta em savana – liberando, com ela, grandes quantidades de carbono, justo quando o mundo menos precisa dele. Cientistas relatam evidências[173] com base em ciclos climáticos e no desmatamento desenfreado de que a Amazônia chegou ao seu ponto de inflexão, ou de não retorno. O *tipping point* chegou, e é agora[174].

E ninguém defende melhor a preservação da vida na floresta do que os Povos Indígenas e tradicionais. Estudos mostram[175] que as Terras Indígenas são a última barreira contra o desmatamento e a degradação.

A conexão entre territórios indígenas e conservação é global[176]. Os Povos Indígenas compõem 5% da população mundial, mas suas terras detêm 80% de sua biodiversidade[177], tornando-os defensores ambientais extremamente eficazes, porque, na luta por seu território tradicional, eles protegem alguns dos lugares mais preservados do mundo. Em 2019, pela primeira vez, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) endossou[178], como uma das soluções para a crise climática, o papel dos Povos Indígenas como guardiões florestais, pois seus conhecimentos e práticas são importantes contribuições para a resiliência climática.

As áreas protegidas na Amazônia Brasileira, onde vivem os povos das florestas, englobam Terras Indígenas (TI), reservas extrativistas (Resex) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) que somam 128,5 milhões de hectares[179] – uma área equivalente ao Pará ou a três vezes o estado estadunidense da Califórnia.

Essas grandes áreas correspondem a 56% do estoque de carbono total[180] da Amazônia brasileira e atuam evitando significativamente as emissões potenciais associadas de gases de efeito estufa[181]. Defender as áreas protegidas significa defender o equilíbrio da vida[182] na Terra, combatendo o aquecimento global e as mudanças climáticas.

Nos primeiros oito meses de 2020, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) tinha em caixa mais de R$ 26,5 milhões livres para investir em preservação e planejamento de ações de prevenção e combate aos desastres ambientais, mas usou pouco mais de R$ 105 mil, 0,4% do permitido, segundo levantamento do Observatório do Clima[183]. A decisão do governo deixa clara a sua agenda antiambiental.

Queimadas no município de Apuí, no Amazonas, em agosto de 2020.

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

PÁTRIA QUEIMADA, BRASIL

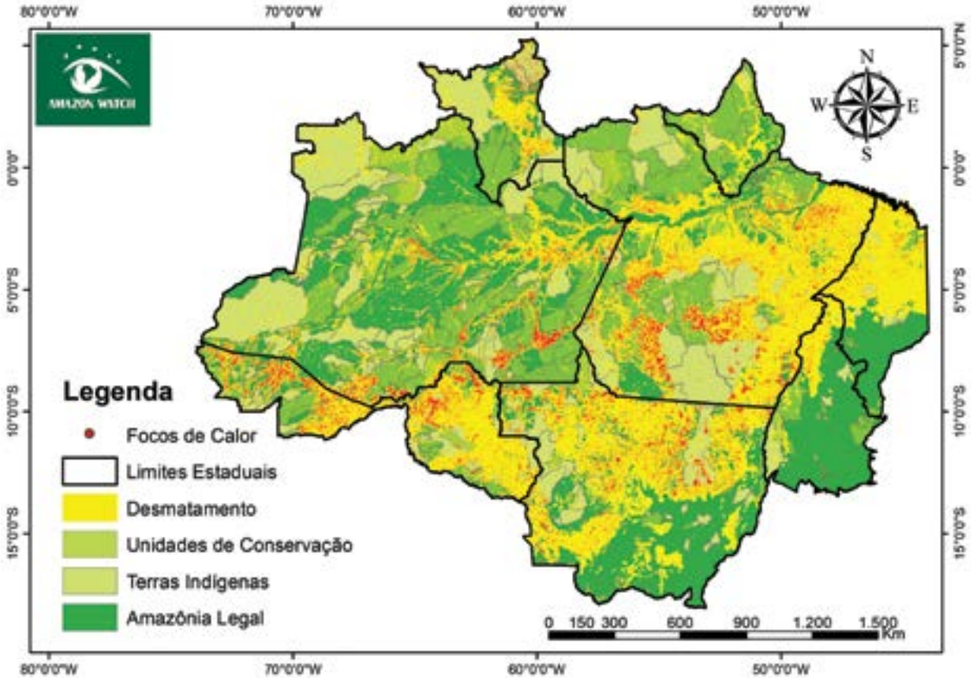
Nesse ano, o mundo assistiu não apenas às queimadas na Amazônia, que chegaram a áreas de florestas intocadas[184]. A devastação deste ano não se limita ao bioma Amazônia, mas também tem sido particularmente severa no Pantanal[185], bem como no bioma Cerrado. A seca e o fogo criminoso devastaram quase todos os biomas[186] do Brasil.

De 1º de janeiro a 13 de setembro de 2020, o Programa Queimadas[187] do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) registrou 130.406 queimadas no país, maior notificação para este mesmo período desde 2010. Frente a 2019, a quantidade de incêndios nas florestas brasileiras já subiu 10%[188].

A área mais afetada pelo fogo em 2020 é a Amazônia. Até 12 de setembro, o Inpe registrou 60.675 incêndios na região, 8% a mais do que os registros no mesmo período de 2019 (56.085)[189]. Já nas Terras Indígenas[190], os alertas de focos de calor registraram no mês de julho um aumento de 76,72% na comparação com o mesmo mês em 2019 – o número de episódios subiu de 305 para 539. Nos quatro primeiros meses de 2020, alertas de desmatamento em Terras Indígenas da região cresceram 59% em comparação ao mesmo período em 2019. Os dados confirmam o crescimento da atividade irregular de madeireiros e garimpeiros nos territórios[191].

O aumento de queimadas ocorreu na Amazônia mesmo com a presença do Exército na região e com o decreto federal que proíbe o uso de fogo no bioma por quatro meses. Entre maio e agosto, período de presença do Exército na Amazônia, o número de queimadas foi de 39.187, basicamente o mesmo de 2019 (38.952), confirmando[192] o fracasso da operação das Forças Armadas instituída na Amazônia pelo governo Bolsonaro como plano de combate ao desmatamento.

Enquanto o fogo se espalha pelo Brasil, o governo nega a gravidade do problema e, em vez de combatê-lo, tenta gerar desconfiança contra órgãos técnicos, como o Inpe. Após as notícias da explosão de queimadas em setembro, o vice-presidente e chefe do Conselho da Amazônia, Hamilton Mourão, afirmou que funcionários do Inpe fazem oposição ao governo federal[13].



Onde há fogo, já houve desmatamento. Mapa mostra relação direta entre as duas ameaças à floresta e aos Povos Indígenas.

(Fontes: ver Referências na página 87)

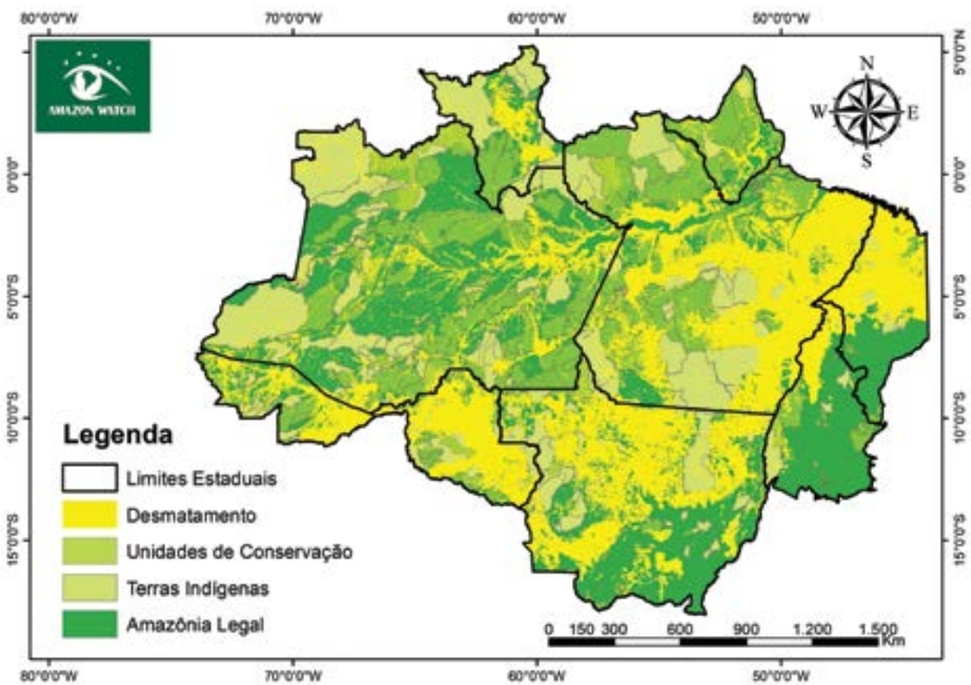
Queimada meio a área de floresta próxima à Porto Velho, Rondônia.

Foto: Bruno Kelly/Amazônia Real

DESMATAMENTO:
10% do território brasileiro consumido em 35 anos

O desmatamento consumiu 10% do território brasileiro nos últimos 35 anos[194], segundo dados mais recentes do MapBiomas[195]. Foram 87,2 milhões de hectares de áreas de vegetação nativa destruídos de 1985 a 2019. Mais da metade dessa destruição aconteceu na Amazônia, onde a agropecuária é responsável por 80% do desmatamento[196].

E a tendência é de alta. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o desmatamento na Amazônia brasileira superou 10 mil km² em 2019, 34,4% a mais que em 2018 e recorde na década[197]. E a devastação continua se acelerando em 2020: a previsão é de que o sistema Prodes de 2019/2020 indique 12 mil km² ou até 15 mil km² de área desmatada, um aumento de até 50% na comparação com o ano anterior[198].



Desmatamento na Amazônia avança sobre áreas protegidas e ameaça Territórios Indígenas.

(Fontes: ver Referências na página 87)

POR TRÁS DO FOGO: DESMATAMENTO, PECUÁRIA, SOJA E EXTRAÇÃO ILEGAL DE MADEIRA

Photo: Felipe Werneck/Ibama

Extração ilegal de madeira na Terra Indígena Pirititi, em Roraima.

O desmatamento está diretamente ligado aos incêndios na Amazônia. As chamas seguem o rastro do desmatamento, quanto maior a derrubada de floresta, maior o número de focos de calor. Não por acaso, os dez municípios[199] amazônicos que mais registraram focos de incêndios em 2019 foram também os que tiveram maiores taxas de desmatamento.

Enormes colunas de fumaça foram detectadas pela Nasa[200], em agosto do ano passado, saindo da cidade de Novo Progresso, da região da Terra do Meio, no Pará, e do sudeste do estado do Amazonas, regiões consideradas fronteiras agrícolas[201].

É justamente em Novo Progresso, uma das campeãs em desmatamento de 2019, que está o maior rebanho bovino[202] do país, com 2,2 milhões de cabeças, e onde foi organizado o "Dia do Fogo", em 10 de agosto do ano passado, por fazendeiros e empresários da região para potencializar as queimadas e mostrar apoio a Bolsonaro[203]. Um ano após[204] o ataque que triplicou os focos de incêndio no sudoeste do Pará, ninguém foi preso ou indiciado, ou seja, a impunidade segue como um dos grandes fatores de incentivo à destruição da Amazônia.

Dos 981 mil focos de incêndio ocorridos no Brasil entre julho e outubro do ano passado, metade aconteceu nas áreas de compra da JBS e da Marfrig e no entorno dos silos da Bunge e da Cargill, segundo estudo[205] que cruzou dados da Nasa com cadeias de suprimentos das empresas. Torna-se evidente que, por trás do fogo e da derrubada da floresta, estão interesses econômicos poderosos[206]: a criação de gado, o comércio ilegal de madeira e a produção de soja.

Segundo relatório[207] da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, a destruição da floresta caminhou lado a lado com o aumento do rebanho bovino na Amazônia, que passou de 47 milhões de animais em 2000 para cerca de 85 milhões atualmente. Das 215 milhões de cabeça de gado contabilizadas hoje em todo o Brasil, quase 40% pastam na Amazônia. Não por acaso, a pecuária ocupa 80% da área desmatada da região[208].

Aldeia RapKô um dos epicentros das invasões em 2019. Terra Indígena Trincheira Bacajá, no Pará.

Foto: Lalo de Almeida/ISA

Bolsonaro incentiva violações de direitos socioambientais

Durante evento dirigido a investidores na Arábia Saudita em 2019, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que "potencializou" as queimadas na Amazônia[209] brasileira por "discordar da política ambiental de governos anteriores". Foi uma admissão pública da responsabilidade sobre o que acontece na Amazônia, uma política deliberada de governo: deixar queimar.

Posições como essa têm isolado ainda mais o Brasil do cenário internacional, provocado a reação de investidores estrangeiros[210] e estimulado a invasão de Terras Indígenas.

Aumento de invasões e violência contra Povos Indígenas e tradicionais em todo o Brasil

Segundo dados do relatório "Violência Contra Povos Indígenas no Brasil", do Conselho Indigenista Missionário (Cimi)[211], em 2019, houve o aumento de casos em 16 das 19 categorias de violência sistematizadas pela publicação. Chama especial atenção a intensificação de registros na categoria "invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio" que, de 109 casos registrados em 2018, saltou para 256 casos em 2019 em pelo menos 151 Terras Indígenas, de 143 povos, em 23 estados. Somente em 2019 houve um aumento de 134,9% dos casos relacionados às invasões em comparação com os registrados em 2018. Isso representa mais que o dobro dos 109 casos registrados em 2018.

O primeiro ano do governo Bolsonaro registrou o maior número de lideranças indígenas[212] assassinadas dos últimos 11 anos: sete. A principal causa dessa violência[213] é o garimpo, seguido de invasões de terras, roubo de madeira e extração de minérios. Dos 300 defensores da Amazônia brasileira assassinados na última década, só 14 casos acabaram diante de um tribunal. Pior: a cada três famílias vítimas de conflitos por terra no Brasil uma era indígena[214] – 34% das 144.742 famílias afetadas.

Foto: Patrick Raynaud

Paulo Paulino Guajajara foi assassinado em uma emboscada feita por madeireiros na Terra Indígena Arariboia, no Maranhão, em novembro de 2019.

GUARDIÃES DA FLORESTA ARRISCAM SUAS VIDAS PARA PRESERVAR A RESERVA DE ARARIBOIA

No fim de 2019, o líder indígena Paulo Paulino Guajajara e outros quatro foram mortos na TI Arariboia[215], no Maranhão. Paulino era integrante dos "Guardiões da Floresta"[216], um grupo de indígenas criado justamente porque o governo federal e os órgãos responsáveis não conseguem cumprir com o que deveriam.

Na Arariboia, 16 mil indígenas Guajajara e Awá-guajá estão submetidos, há tempos, a um ciclo de violência que se intensificou nas últimas duas décadas em função da presença crescente de madeireiros ilegais.

De acordo com o Cimi, 49 indígenas Guajajara foram assassinados no Maranhão[217] em decorrência de conflitos com madeireiros entre 2000 e 2019 – 12 deles no interior da TI Arariboia. Sem a presença do estado, os "Guardiões da Floresta" arriscam suas vidas combatendo criminosos dentro da TI Arariboia. Os Guardiões também atuam na proteção dos indígenas isolados Awá-guajá, considerado um dos grupos indígenas mais ameaçados no planeta[218].

Policiais bloqueiam passagem de protesto pacífico de indígenas durante o Acampamento Terra Livre 2019, em Brasília.

Foto: Jacy Santos/MNI

Regime Bolsonaro emperra a demarcação de Terras Indígenas

O governo de Jair Bolsonaro tem empreendido e incentivado uma ação deliberada de apropriação das Terras Indígenas, extremamente agressivo na violação de direitos dos povos originários[219].

Das 1.298 Terras Indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam[220] alguma pendência do estado para a finalização do processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena. Dessas 829, um total de 536 terras (64%) não tiveram ainda nenhuma providência adotada pelo governo brasileiro[221]. A *Constituição Federal* de 1988 determinou que todas as Terras Indígenas do Brasil deveriam ser demarcadas até 1993. Desde que assumiu o governo, Jair Bolsonaro não assinou nenhum processo de demarcação[222] e deu reiteradas declarações[223] contra o reconhecimento do direito indígena aos seus territórios. Era, aliás, uma promessa de campanha: não demarcar nenhuma Terra Indígena[224]. Como inimigo dos povos originários e inimigo da *Constituição*, o presidente tem cumprido a sua palavra.

André Mendonça, atual ministro da Justiça, órgão ao qual a Fundação Nacional do Índio (Funai) está subordinada, assinou um parecer apoiando a tese do "Marco Temporal"[225] quando era o Advogado Geral da União. O Marco Temporal é uma tese político-jurídica inconstitucional[226] que diz que só terá direito ao território os Povos Indígenas que estavam em determinada área na época da promulgação da *Constituição* em 5 outubro de 1988.

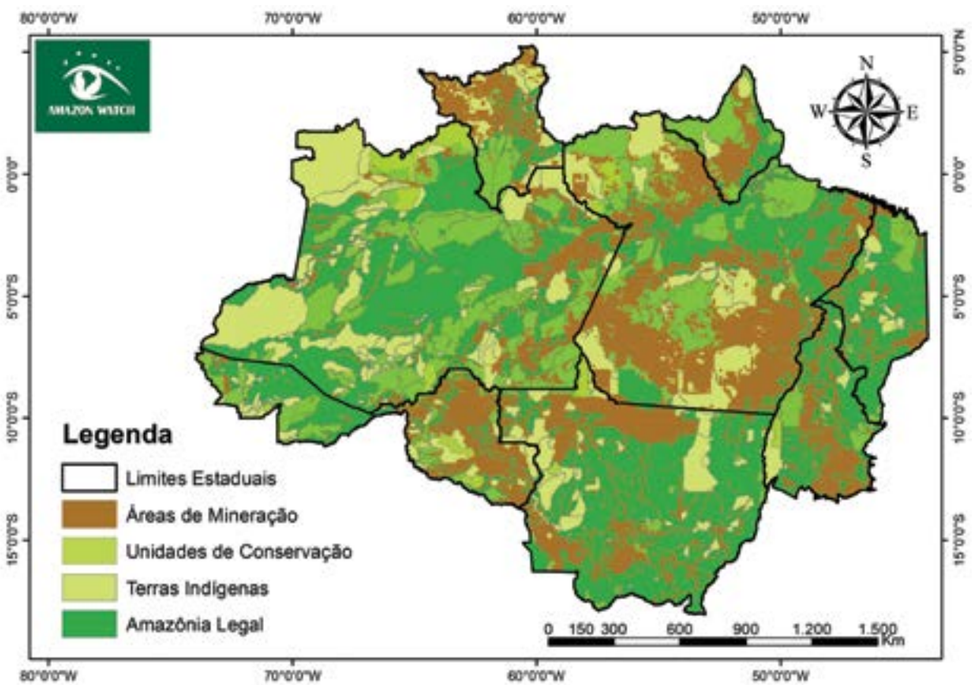
A decisão final cabe ao Supremo Tribunal Federal, que pode decidir a questão a qualquer momento. Caso seja aceita, a tese do Marco Temporal pode paralisar cerca de 750 processos de demarcação. Sem direito ao território, o que é mais importante para os indígenas, quem também paga o preço é a Amazônia e o mundo.

Mineração em Terras Indígenas pode ser liberada

Em fevereiro deste ano, Jair Bolsonaro enviou ao Congresso o PL 191/2020, que libera a mineração e o garimpo em Terras Indígenas[227], retirando o poder de veto dos povos originários, novamente contra a Constituição e acordos internacionais confirmados pela lei brasileira, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)[228].

O PL 191/2020 autoriza também o plantio de sementes transgênicas, a construção de hidrelétricas, a pecuária, projetos de petróleo, de gás e o turismo dentro das Terras Indígenas. O projeto pode ser votado a qualquer momento na Câmara, onde a Frente Parlamentar da Agropecuária controla 48% dos assentos[229]. Outro movimento que deve afetar diretamente os Povos Indígenas é a "guilhotina regulatória"[230] anunciada pela Agência Nacional de Mineração (ANM) em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O objetivo é simplificar ao máximo a regulação do setor[231].

Em setembro de 2020, o governo anunciou o Programa Mineração e Desenvolvimento (PMD)[232], que vem sendo trabalhado desde 2019 com discussões que estimularam também a apresentação do PL 191. O programa define a agenda da gestão Bolsonaro para a mineração no período de 2020 a 2023, e trata de questões como o avanço da mineração em novas áreas, a ampliação do conhecimento geológico do setor, investimentos e financiamentos, inovação e sustentabilidade. No entanto, o que o programa significa na verdade é mais espaço para o capital estrangeiro, flexibilização das leis ambientais, destruição do meio ambiente e ofensivas contra direitos dos Povos Indígenas, com a abertura de seus territórios para a mineração.



De solicitações para pesquisa e exploração até lavras em operação, mineração ameaça grande parte da Amazônia e avança sobre Territórios Indígenas.

(Fontes: ver Referências na página 87)

Garimpo ilegal no Território Munduruku, no Pará

Foto: Marizilda Cruppe/Amazônia Real/Amazon Watch

Os dados atuais indicam que os processos de exploração minerária em TIs da Amazônia cresceram 91%[233] desde o início do governo Bolsonaro. Essa foi a primeira vez, desde 2013, que os requerimentos registraram aumento.

Nos últimos dez anos, a ANM registrou 656 processos minerários, incluindo desde a prospecção até a extração, dentro dos limites das Terras Indígenas. Nesse período, o órgão chegou a conceder licenças de lavra em Terras Indígenas demarcadas pelo governo federal, o que é ilegal e inconstitucional.

O caso dos Povos Indígenas isolados, por serem mais vulneráveis, é ainda pior. No total, 3.773 requerimentos minerários[234] afetam 31 Terras Indígenas e 17 Unidades de Conservação, que possuem 71 registros de Povos Indígenas isolados em seu perímetro.

Um estudo recente[235] revela que a liberação da mineração em Terras Indígenas pode aumentar em mais de 20% o impacto da atividade na região amazônica, e gerar perdas de até US$ 5 bilhões em serviços ecossistêmicos, como regulação de chuvas e produção de alimentos.

Licenciamento ambiental ainda mais favorável a empresas

A história recente dá mais provas de que não é um bom negócio confiar nas palavras de políticos brasileiros quando se trata de respeito aos direitos indígenas. Em fevereiro de 2020, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), contrariou sua promessa de arquivar[236] o projeto de lei do governo que permite a mineração e agricultura em Terras Indígenas e determinou que o texto fosse encaminhado à análise de uma comissão especial[237]. Atendendo a um pedido do agronegócio, em junho, Maia disse[238] que deve colocar para votação a nova lei do licenciamento ambiental.

O novo marco é duramente criticado por especialistas[239] por facilitar ainda mais violações de direitos socioambientais no Brasil e tornar o processo de licenciamento, já corrompido pelo lobby e relações espúrias entre grandes empresas e políticos, mera formalidade.

Não é por acaso que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em reunião ministerial em abril de 2019, falou em "aproveitar a pandemia" para "passar a boiada"[240], já que a mídia não estaria prestando atenção em toda a desregulamentação encaminhada pelo governo federal.

Roubo de Terras Indígenas pode ser legalizado

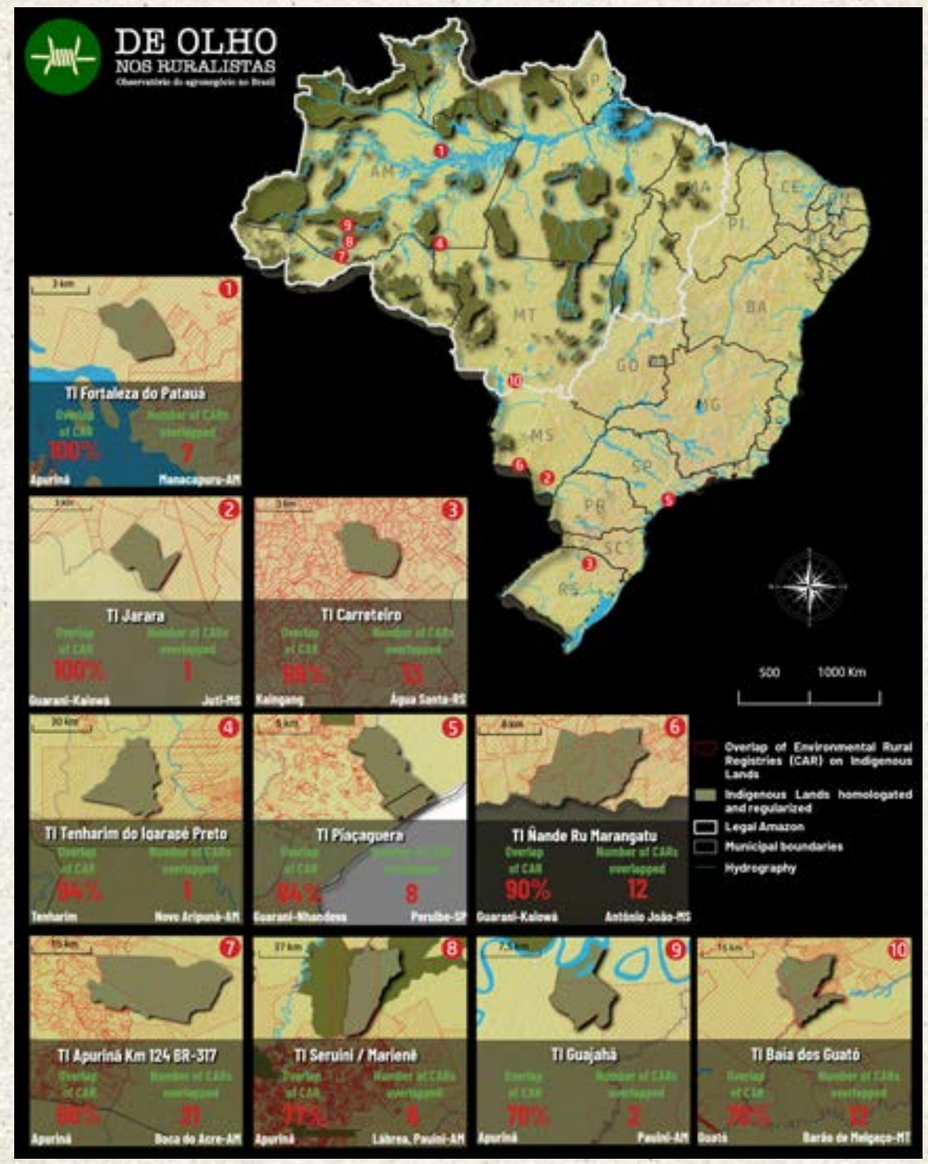
Tanto no nível federal quanto nos governos estaduais de estados dentro da Amazônia Legal, projetos de lei querem autorizar o roubo de Terras Indígenas por proprietários rurais.

No Mato Grosso, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 17/2020[241] busca autorizar o registro do Cadastro Ambiental Rural (CAR) de fazendas em sobreposição a Terras Indígenas no estado. Levantamento exclusivo realizado pela De Olho nos Ruralistas[242] mostra a extensão desse problema em todo o país. Esse projeto de lei, considerado inconstitucional, é semelhante à Instrução Normativa (IN) 09/2020[243] da Funai, que libera a certificação de propriedades privadas sobre Terras Indígenas cuja demarcação ainda não está concluída, atacando frontalmente os direitos constitucionais dos Povos Indígenas[244]. Essa IN foi um pedido direto do secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Luiz Antônio Nabhan Garcia, que tem trabalhado ativamente[245] pela legalização da abertura de Terras Indígenas à agricultura e pecuária.

Ambos os projetos têm sido questionados[246] por organizações da sociedade civil e órgãos como o Ministério Público Federal (MPF) e o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).

Outro projeto que deverá estimular[247] novos casos de invasões de terra pública e anistiar criminosos que invadiram terras entre 2011 e 2018, caso aprovado, é o Projeto de Lei 2633/2020. Em nome de promover a regularização fundiária, o projeto põe em risco[248] as florestas brasileiras e as populações tradicionais e indígenas[249]. Segundo Dinaman Tuxá[250], da coordenação executiva da APIB, a própria tramitação do projeto já gerou um aumento das invasões das Terras Indígenas. "Várias pessoas estão utilizando do argumento frágil e criminoso de que existe a tramitação de uma lei que vai legitimar a posse dessa invasão que estão promovendo, que é o que já está acontecendo na região do Pará e em outras partes da Amazônia brasileira. As pessoas estão acreditando que vale a pena invadir porque no final se tornarão donos da terra." Para ele, o agronegócio será o principal beneficiado porque são eles os maiores invasores.

Dados do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)[251] mostram que grileiros já tomaram 11,6 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia[252] – cerca de 12,5 milhões de campos de futebol.



Levantamento do De Olho nos Ruralistas identificou Cadastros Ambientais Rurais (CAR) sobrepostos a Territórios Indígenas.

Watatakalu Yawalapiti, mulher indígena do Xingu, durante a Marcha Margaridas, em agosto de 2019, em ato contra o genocídio indígena.

Foto: Douglas Freitas/Cobertura Colaborativa

Sem dinheiro, militarizados e com gestão caótica, órgãos ambientais e a Funai agonizam

Desde que assumiu o poder, Jair Bolsonaro e Ricardo Salles, ministro do Meio Ambiente nomeado mesmo condenado por favorecer mineradora[253] enquanto era secretário no estado de São Paulo, têm promovido verdadeiro desmonte dos órgãos ambientais.

O Ibama, na fiscalização, e a Funai, com as suas bases etnoambientais, atuam juntos para coibir a invasão de Terras Indígenas em parceria com a Polícia Federal, com fiscais ambientais de cada estado da Amazônia e órgãos como o Ministério Público. Sem dinheiro, no entanto, a situação piorou.

O orçamento do Ibama para 2020 é 31% menor[254] que em 2019, e o número de fiscais caiu 55% em uma década[255] A Funai perdeu 23% no orçamento entre 2013 e 2019[256], passando de R$ 870 milhões em 2013, para R$ 673 milhões em 2019. Isso representa apenas 0,02% do orçamento anual da União. O atual presidente da Fundação Nacional do Índio, Marcelo Augusto Xavier da Silva, tem fortes laços com ruralistas[257].

Foram destinados[258] para as Forças Armadas R$ 520 milhões para reduzir o desmatamento na Amazônia. O valor é dez vezes o orçamento do Ibama, principal órgão ambiental fiscalizador, que ficou com R$ 50 milhões.

No Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das unidades de conservação, militares foram nomeados[259] para quatro das cinco gerências regionais. É destruir a experiência técnica de funcionários de carreira para favorecer amigos militares sem qualquer conhecimento na área ambiental.

Em setembro de 2020, a Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente (Ascema) divulgou um dossiê de 34 páginas com uma lista de denúncias sobre o "desmonte" das políticas públicas do setor durante o governo Jair Bolsonaro[260]. Os servidores afirmam que há "ataques constantes contra os órgãos e entidades socioambientais". Ressaltam também que, desde 2019, há mais incêndios florestais e expansão do desmatamento na Amazônia.

"(Também houve, desde 2019), tentativas de incriminar e intimidar indígenas, ambientalistas e organizações não governamentais, além de intimidação e cerceamento da ação dos servidores da área ambiental, resultando em um real e deliberado desmonte das instituições públicas de meio ambiente", diz o dossiê que foi enviado ao Congresso, a organizações internacionais, entre elas a ONU (Organização das Nações Unidas), e ao Papa Francisco.

Operação do Ibama na Terra Indígena Pirititi, em Roraima, em maio de 2018.

Foto: Felipe Werneck/Ibama

Foto: Eric Marky Terena/Mídia Índia

Covid-19: mais uma ameaça à vida dos Povos Indígenas

Segundo dados apurados pelo Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena[261], até o dia 19 de outubro, quase 37 mil indígenas foram contaminados pela Covid-19 no Brasil, e 852 morreram, atingindo 158 povos. Uma ação inconstitucional, que agravou a situação, foi o veto de Jair Bolsonaro[262] à obrigação do governo federal de garantir acesso à água potável e a leitos hospitalares para indígenas durante a pandemia.

Para Eloy Terena, o tratamento dado à pandemia no Brasil tem sido especialmente catastrófico[263] para os Povos Indígenas. Por isso, a APIB recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)[264].

No dia 5 de agosto, em julgamento histórico, o STF determinou[265], em votação unânime dos nove ministros, que o governo federal adotasse medidas de proteção aos Povos Indígenas durante a pandemia do novo coronavírus. A decisão atendeu à ação movida pela APIB e, entre outras coisas, obriga a elaboração e cumprimento de um plano de enfrentamento da Covid-19.

Apesar da decisão favorável, os ministros deixaram de fora da decisão a retirada dos invasores que estão em sete Terras Indígenas: TI Yanomami nos estados do Amazonas e Roraima; TIs Karipuna e Uru-Eu-Wau-Wau em Rondônia; do território Arariboia (MA); e TIs Munduruku, Trincheira Bacajá e Kayapó no Pará.

A situação piora as defesas dos povos da floresta, mais fragilizados frente às ameaças constantes que não pararam por causa da pandemia: grileiros, garimpeiros, madeireiros e invasores seguem atuando normalmente na Amazônia.

ELOY TERENA: O PRIMEIRO ADVOGADO INDÍGENA A VENCER AÇÃO NO STF

Mais do que uma vitória dos Povos Indígenas e uma derrota do governo Bolsonaro, a decisão do Supremo foi recebida como uma conquista histórica. Pela primeira vez, desde a criação do STF, um advogado indígena, Luiz Eloy Terena, venceu uma ação de jurisdição constitucional na Corte[266].

"Esta ação é a voz dos Povos Indígenas nesta Corte. É o grito de socorro dos Povos Indígenas. Esta iniciativa é uma ação histórica, pois, pela primeira vez no âmbito da discussão constitucional, os Povos Indígenas vêm ao Judiciário em nome próprio, por meio de advogado próprio, defender o direito próprio", disse ele à corte.

Para a liderança indígena Ailton Krenak, a ação no STF foi uma "virada de página do ponto de vista da história jurídica[267], com relação aos direitos indígenas e ao direito dos indígenas se representarem e não serem representados pela Funai ou qualquer outra agência do Estado".

Indígenas contaminados por empresas do agro e mineradores

O setor do agronegócio, incluindo o processamento de carnes, emprega aproximadamente 800 mil pessoas no Brasil. Estimativas mostram que de 25% a 50% dessas pessoas podem ter se infectado nessas fábricas[268]. Em muitos casos, são os indígenas que estão na linha de frente.

Em Dourados, no Mato Grosso do Sul, a contaminação em uma aldeia começou com um indígena que trabalhava em uma fábrica da JBS[269]. Em Foz do Iguaçu, uma situação semelhante aconteceu com um indígena Guarani, empregado em um frigorífico da Lar Cooperativa Agroindustrial[270], uma das maiores cooperativas de agronegócios do Brasil. A cooperativa não parou suas atividades durante a pandemia. Esse jovem foi o primeiro caso de Covid-19 em sua comunidade, e a doença se espalhou mais tarde.

Em cidades cercadas por grandes projetos de mineração e energia não é diferente. No sudeste do Pará, no Tocantins e no Maranhão, as Terras Indígenas cortadas por empreendimentos da Vale e da Eletronorte[271], por exemplo, estão mais vulneráveis à contaminação.

É o caso das Terras Indígenas Sororó, do povo Suruí Aikewara; Trocará, do povo Asurini do Tocantins; e Xikrin do Cateté, todas cortadas por rodovias federais. A Terra Indígena Mãe Maria, do povo Gavião, além de também impactada por uma estrada, é cortada pelas linhas de transmissão da usina hidrelétrica de Tucuruí, da Eletronorte, e pela estrada de Ferro Carajás, sob administração da mineradora Vale[272].

Foto: Eric Marky Terena/Mídia Índia

CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DO BRASIL

Acampamento Terra Livre em 2019, em Brasília.

A crise econômica brasileira, que se agravou especialmente a partir de 2015[273], vive o seu período mais crítico em função da pandemia de Covid-19. Mas tem, no entanto, em setores como o agronegócio e a mineração, dois pilares que não têm se abalado em função de serem considerados "essenciais" e de contarem com o apoio direto de boa parte dos deputados federais e do governo brasileiro[274].

Levantamento feito pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) mostra que o Valor Bruto da Produção atingirá R$ 728,6 bilhões[275], aumento de 11,8% sobre 2019, maior cifra em reais da história do setor. Em meio à pandemia, a expectativa é que o PIB do agronegócio passe a responder por 23,6% do total do país – no ano passado, ficou em 21,4%[276].

A soja e o milho foram os grandes carros-chefes da agricultura[277]. Do ganho previsto de R$ 728,6 bilhões, R$ 175 bilhões vão corresponder à receita com a oleaginosa (alta de 13% sobre 2019) e R$ 90 bilhões com o milho (32,9% maior que no ano anterior). Já a carne bovina vai registrar R$ 139 bilhões da receita, queda de 19,5% sobre 2019[278].

A força da bancada ruralista no governo Bolsonaro

Em café da manhã com deputados da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) em meados de 2019, Jair Bolsonaro deixou bem claro o seu total alinhamento[29] com a chamada "bancada ruralista", parlamentares ligados ao agronegócio que não medem esforços para defender os próprios interesses.

"Esse governo é de vocês", disse Bolsonaro, entregando simbolicamente o controle do Brasil ao agronegócio[280]. As ações diárias do presidente e do alto escalão do governo indicam que a declaração é levada bem a sério.

Reunindo cerca de 300 parlamentares[281], quase metade da Câmara e do Senado, a bancada ruralista é considerada a mais influente nas articulações e negociações de políticas públicas no Poder Legislativo, o que significa que é quase impossível ir contra os seus interesses.

Esses parlamentares declararam possuir 189 mil hectares[282], concentrados em grande parte na Amazônia Legal e na região do Matopiba (formado pelo estado do Tocantins e partes do Maranhão, Piauí e Bahia), principais eixos de expansão do agronegócio na última década e palco de acirrados conflitos fundiários[283].

A bancada ruralista é financiada[284] com dinheiro de 38 associações do agronegócio, mantidas por grandes empresas brasileiras, multinacionais e bancos, como Bunge, Cargill, Bayer, Raízen, Monsanto, Minerva Foods, Amaggi, Mosaic Fertilizantes, Basf, JBS, Dupont, Nestlé, Klabin, Gerdau, Syngenta, Rabobank, Santander e outros[285].

Parte dessas companhias integrou o grupo[286] que entregou uma carta ao vice-presidente Hamilton Mourão[287] (que também é presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal), pedindo ao governo o combate ao desmatamento na Amazônia, em julho. No mês anterior, um grupo de investidores internacionais responsáveis pela gestão de US$ 3,75 trilhões (cerca de R$ 20 trilhões) em ativos enviou uma carta aberta a embaixadas brasileiras[288] em oito países manifestando preocupação com o aumento do desmatamento no Brasil, citando o que chamaram de "desmantelamento de políticas ambientais e de direitos humanos".

Produção brasileira de soja bate recorde em 2019/2020: Amazônia e Cerrado pagam o preço

Com exportações avaliadas em mais de 33 bilhões de dólares em 2018, a soja – principal *commodity* exportada pelo Brasil – é uma das principais fomentadoras do desmatamento no país. Segundo relatório recente da Trase e Imaflora[289], há mais de 2,6 milhões de hectares de plantações de soja na Amazônia e no Cerrado que não aparecem no CAR (Cadastro Rural Ambiental), o registro público obrigatório para todos as propriedades rurais no Brasil. O principal destino da soja desta região é China e a União Europeia. As empresas norte-americanas ADM, Bunge e Cargill são as maiores exportadoras destas áreas[290], além da brasileira Amaggi.

A safra de soja atingiu 119,9 milhões de toneladas em 2019/2020[291], aumento de 5,6% em relação ao período anterior. É um recorde histórico que coloca o Brasil novamente na frente dos Estados Unidos no ranking mundial[292] de produção de soja.

Esse tipo de resultado só é possível graças ao aumento do desmatamento e as violações de direitos socioambientais que vem com ele. O poder econômico dos grandes produtores, bilionários, é sempre muito maior que o de comunidades indígenas e tradicionais da mesma região. Por consequência, a influência política e a pressão nos poderes judiciários regionais e estaduais por parte dos ruralistas são desproporcionais à capacidade de articulação e mobilização das pessoas afetadas na Amazônia e no Cerrado, os biomas-chave para o agronegócio.

Pecuária: devorando a Amazônia

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo, com China e Hong Kong entre seus maiores clientes. Impulsionado pela demanda chinesa, a exportação de carne bovina pelo Brasil bateu recorde em 2019[293] em volume e faturamento. Foram 1,8 milhão de toneladas exportadas com US$ 7,5 bilhões em faturamento[294].

Esses impressionantes números camuflam a complexa cadeia produtiva da carne e sua falta de transparência, que favorecem más práticas generalizadas de frigoríficos e seus fornecedores diretos e indiretos, e contribuem diretamente para o desmatamento na Amazônia.

A pecuária é um dos motores do desmatamento na maior floresta tropical do mundo, com quase 80% da destruição florestal associada à formação de pastagens, segundo estudo de 2016 da Organização de Alimentos e Agricultura da ONU (FAO)[295]. O Grupo de Trabalho pelo Desmatamento Zero[296] também revelou que 65% da área desmatada nessa região é usada para pastagens de baixa qualidade[297].

Um levantamento feito pela Repórter Brasil[298] mostrou que grandes empresas do setor, como JBS, Marfrig e Frigol, compram gado de pecuaristas multados em regiões campeãs de desmatamento, algumas delas no epicentro das queimadas na Amazônia[299].

Embora tenham avançado nos últimos anos, os sistemas de monitoramento desenvolvidos pelos frigoríficos ainda trazem falhas graves, conforme apontam auditorias[300] realizadas e operações de fiscalização do Ibama.

E pelo menos metade dos frigoríficos que atuam na Amazônia ainda não assumiu qualquer compromisso de monitorar seus fornecedores. Isso significa que, todos os dias, pelo menos 18 mil cabeças de gado são abatidas na região sem qualquer controle ambiental[301].

Garimpo ilegal na aldeia Kayapo, Parque Nacional do Xingu, Pará, em setembro de 2020

Foto: Priscila Tapajoara/Mídia Índia

Mineração atrai investimentos bilionários e causa danos ambientais irreparáveis

A mineração responde por 4% do PIB do Brasil e por mais de 20% das exportações brasileiras[302]. O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) projeta que o valor dos investimentos no setor de mineração brasileiro deverá ser de US$ 32,5 bilhões no período 2020-2024, um aumento de 18% nos investimentos em comparação com a previsão para 2019-2023 (US$ 27,5 bilhões)[303].

O Brasil já possui mais de 9 mil minas legalizadas em atividade[304]. E a Agência Nacional de Mineração tem o objetivo expresso de implantar mais de 20 mil novas áreas para exploração por meio de ofertas públicas e leilões eletrônicos, boa parte delas na Amazônia, inclusive em Terras Indígenas.

Mas não é apenas a mineração industrial que coloca em perigo a Amazônia, seus rios e as Terras Indígenas. O Ministério Público Federal calcula que cada quilograma de ouro extraído ilegalmente na Amazônia cause R$ 1,7 milhão em danos[305]. O mínimo para recuperação parcial da área degradada pelo garimpo é estimado em 13 anos. Outros cálculos chegam a R$ 3 milhões em dano por cada quilograma de ouro e até 42 anos de prazo para recuperação ambiental[306].

Hidrelétricas cometem violações e destroem rios na Amazônia

Na Amazônia, projetos grandes, médios e pequenos de energia representam uma coisa: problemas. Belo Monte, uma das maiores usinas do mundo que foi inaugurada após uma série de denúncias de violações de direitos socioambientais, sequer entrega[307] a energia prometida. Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), por sua vez, também pressionam os Povos Indígenas e comunidades tradicionais. As PCH's, tidas como obras de menor impacto, na verdade podem ter consequências sistêmicas até maiores que as de grandes hidrelétricas[308]. Os rios da Amazônia são os mais afetados. O financiamento estrangeiro é parte central dessa história, como mostra os casos detalhados neste relatório.

Esses projetos, que incluem linhas de transmissão com milhares de quilômetros, acumulam violações socioambientais, conflitos fundiários, a destruição irrecuperável dos territórios e do modo de vida de Povos Indígenas, ribeirinhos e comunidades tradicionais, especulação imobiliária e violência[309].

CONCLUSÃO

A Amazônia brasileira é um dos epicentros das crises ambiental e de direitos humanos do planeta, empurrada à beira do abismo por forças políticas, econômicas e, muitas vezes, também criminosas, que buscam obter lucros acima de tudo. Os Povos Indígenas e tradicionais da Amazônia estão na linha de frente desses conflitos, lutando para defender a floresta e seus territórios, culturas e modos de vida das ameaças que também colocam em risco o bem-estar coletivo da humanidade.

A devastação da maior floresta tropical do planeta, com suas graves implicações para a estabilidade climática, não pode ser entendida simplesmente como uma questão brasileira, mas como uma tragédia possibilitada e potencializada pelos mercados globais. Das empresas que compram e negociam *commodities* que impulsionam o desmatamento e conflitos por terra, às instituições que financiam o comportamento ilícito de atores corporativos cúmplices da destruição, o capital global é decisivo na manutenção de um sistema econômico falido e do poder político daqueles que o defendem.

Ao unir forças para destacar a crise atual e seus motores – e propor um conjunto de soluções urgentes e essenciais –, a APIB e a Amazon Watch têm como objetivo convocar as instituições globais que hoje são cúmplices a reformar suas estruturas, usando seu poder e influência para garantir a adesão a rigorosos padrões socioambientais em todas as suas cadeias de suprimentos e carteiras de investimento.

Ignorar as implicações desastrosas das agressivas violações ambientais e de direitos humanos que acontecem na Amazônia brasileira levará inevitavelmente a crescentes conflitos sociais, a maior risco para os investidores e a um descontrole climático ainda mais acentuado, que prejudicará profundamente as possibilidades de prosperidade no futuro.

Somente um esforço verdadeiramente global pode enfrentar os desafios deste momento crucial. Ainda há uma oportunidade, mas todos – empresas, governos, investidores e a sociedade civil brasileira e internacional – precisam trabalhar juntos, rapidamente, para realizar mudanças radicais. A hora de agir é agora, enquanto ainda há tempo.

Guerreiros Yawalapiti no Encerramento do Encontro dos Povos Mebengokrê na aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Capoto Jarina, Mato Grosso, em janeiro de 2020.

Foto: Todd Southgate/Fundação Darcy Ribeiro

APÊNDICE

INVESTIDORES MAIS FREQUENTES*

Investimentos em milhões de US$

Instituição financeira	País	Subtotais			Total	Total por empresa | Combinação do total de ações, títulos e créditos								
		Ações	Títulos	Crédito		Anglo American	Belo Sun	Cargill	Cosan	Eletrobras	Energisa	Equatorial	Vale	JBS
Banco do Brasil	BRA	459,0	0,1	696,1	**1.155,2**	0,0	0,0	0,0	8,0	11,0	11,0	138,0	444,0	543,1
Bank of America	USA	44,1	0,2	1.406,6	**1.451,0**	66,0	0,0	900,1	21,0	210,1	79,0	0,0	131,0	43,7
Bank of New York Mellon	USA	600,7	31,8	0,0	**632,5**	289,3	0,0	5,4	90,6	133,0	38,0	19,0	42,7	14,4
BlackRock	USA	7.652,0	536,6	0,0	**8.188,7**	2.996,0	4,0	66,0	87,4	96,0	76,0	354,0	3.992,0	517,3
BNDES	BRA	7.546,0	0,0	970,0	**8.516,0**	0,0	0,0	0,0	10,0	328,0	0,0	642,0	3.802,0	3.734,0
BNP Paribas	FRA	53,5	10,5	2.171,0	**2.235,0**	930,9	0,0	1.125,6	126,3	0,9	6,1	3,9	38,5	2,7
Bradesco	BRA	4.767,2	0,0	1.606,4	**6.373,6**	0,0	0,0	0,0	131,5	320,0	1.720,0	11,4	3.774,0	415,4
BTG Pactual	BRA	171,1	0,0	988,1	**1.159,3**	0,0	0,0	0,0	178,5	73,5	103,1	234,0	97,9	472,2
Caixa Economica Federal	BRA	952,8	0,0	0,0	**952,8**	0,0	0,0	0,0	10,0	6,0	12,0	25,1	854,0	45,7
Citigroup	USA	41,7	0,0	2.126,6	**2.168,4**	807,0	0,0	306,0	125,0	90,0	131,3	0,2	665,0	43,8
Credit Suisse	CHE	271,8	26,7	636,0	**934,6**	554,6	0,0	140,7	15,0	6,0	10,0	45,0	139,1	24,2
Deutsche Bank	DEU	200,8	141,3	1.091,6	**1.433,7**	103,2	1,0	1.028,0	12,0	2,3	1,3	2,8	108,8	174,2
Dimensional Fund Advisors	USA	1.021,2	3,5	0,0	**1.024,7**	260,0	0,0	1,0	22,0	6,0	16,0	59,0	575,2	85,5
Equitable Holdings	USA	48,4	183,3	0,0	**231,6**	84,4	0,0	34,6	31,5	20,1	0,6	30,8	24,0	5,8
Fidelity Investments	USA	418,9	611,9	0,0	**1.030,8**	226,6	0,0	4,0	70,7	1,7	0,0	45,0	95,8	587,0
Goldman Sachs	USA	128,4	150,9	1.129,0	**1.408,3**	571,0	0,0	213,0	0,5	420,6	1,8	2,4	173,0	26,1
Government Pension Fund NOR	NOR	790,0	0,0	0,0	**790,0**	188,0	0,0	0,0	50,0	0,0	16,0	161,0	375,0	0,0
HSBC	GBR	90,1	30,3	1.755,0	**1.875,4**	706,8	0,0	977,1	30,7	0,6	1,1	1,0	148,7	9,5
Invesco	USA	547,6	57,9	0,0	**605,5**	72,6	1,0	1,0	8,7	13,6	1,2	1,6	476,7	29,2
Itaú Unibanco	BRA	2.497,8	0,4	2.043,0	**4.541,2**	0,0	0,0	0,0	652,0	470,3	2.270,1	325,0	692,0	131,8
JPMorgan Chase	USA	386,2	281,0	1.921,0	**2.588,1**	783,1	0,0	1.121,0	126,0	8,3	53,0	14,0	284,0	198,8
Legg Mason	USA	47,1	356,9	0,0	**404,0**	140,0	0,0	98,0	0,6	12,0	1,3	3,1	114,4	34,6
MetLife	USA	1,3	236,7	0,0	**237,9**	34,3	0,0	148,0	6,0	0,0	0,0	0,0	28,4	21,3
Mizuho Financial	JPN	24,7	0,2	1.279,0	**1.303,9**	827,7	0,0	239,2	21,0	0,0	0,0	0,1	90,9	125,0
Morgan Stanley	USA	293,6	20,3	754,0	**1.067,9**	574,7	0,0	1,8	134,0	0,5	5,6	13,7	268,0	69,6
Opportunity Asset Management	BRA	872,1	0,0	0,0	**872,1**	0,0	0,0	0,0	52,0	16,0	50,0	554,0	200,0	0,1
Principal FInancial Group	USA	47,4	185,6	0,0	**233,0**	50,8	0,0	75,0	5,8	10,7	0,0	0,3	39,3	51,1
Santander	ESP	298,9	7,9	3.349,8	**3.656,6**	487,1	0,0	41,7	176,3	1.683,9	32,0	346,6	189,0	699,9
Schroders	GBR	964,7	16,0	0,0	**980,7**	744,0	0,0	0,0	8,0	0,3	5,9	64,0	150,7	7,7
Standard Life Aberdeen	GBR	744,8	55,6	0,0	**800,3**	312,0	0,0	2,7	9,3	0,0	0,1	1,1	449,7	25,5
State Street	USA	584,9	122,9	0,0	**707,9**	423,7	0,0	14,7	8,0	6,0	1,0	2,9	169,2	82,4
T. Rowe Price	USA	77,9	89,2	0,0	**167,1**	77,9	0,0	2,7	18,0	11,0	2,9	0,0	31,4	23,2
TIAA	USA	144,3	88,2	0,0	**232,4**	106,4	0,0	1,8	15,6	2,5	1,7	4,3	90,5	9,7
UBS	CHE	450,6	85,1	0,0	**535,7**	281,0	0,0	4,5	10,1	3,5	1,7	5,9	189,1	39,9
Vanguard	USA	2.477,3	264,7	0,0	**2.742,0**	994,0	0,0	24,0	64,0	59,0	49,0	107,0	1.303,0	142,0

*Instituições financeiras com investimentos em quatro ou mais empresas citadas, alfabeticamente organizadas.
Potássio do Brasil e Bom Futuro Energia não foram incluídas por ausência de dados.
Fonte: B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. Set. 2020.

Lideranças do povo Enawenê-nawê no encerramento do Encontro dos Povos Mebengokrê na aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Capoto Jarina, Mato Grosso.

Foto: Todd Southgate/Fundação Darcy Ribeiro

REFERÊNCIAS

1 A Amazônia Legal é uma divisão sociogeográfica no Brasil, contendo todos os nove estados da bacia amazônica: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso, e municípios do estado Maranhão. Possui uma área aproximada de 5.217.423 km², o que corresponde a cerca de 61% do território brasileiro.

2 APIB. Vitória da APIB e dos povos indígenas no STF. 5/8/2020. http://apiboficial.org/2020/08/05/vitoria-da-apib-e-dos-povos-indigenas-no-stf/

3 APIB. Comitiva de lideranças indígenas irá à Europa denunciar violações no Brasil. 9/10/2019. http://apiboficial.org/2019/10/09/comitiva-de-liderancas-indigenas-ira-a-europa-denunciar-violacoes-no-brasil/

4 Todas as informações sobre a jornada podem ser encontradas aqui: https://www.nenhumagotamais.org/

5 APIB. ADPF 709 no Supremo: Povos Indígenas e o direito de existir! 1º/8/2020. http://apib.info/2020/08/01/adpf-709-no-supremo-povos-indigenas-e-o-direito-de-existir/

6 APIB. Emergência indígena: Plano de enfrentamento da Covid-19 no Brasil. Agosto/2020. http://apib.info/files/2020/06/Plano-Indi%CC%81gena-de-Enfrentamento-ao-Covid-19-Versa%CC%83o-final.docx.pdf

7 APIB. Plano para proteger Povos Indígenas da pandemia nunca foi prioridade para o Governo. 02/9/2020 http://apiboficial.org/2020/09/02/plano-para-proteger-povos-indigenas-da-pandemia-nunca-foi-prioridade-para-o-governo/

8 A campanha teve como peça principal um vídeo, no qual lugares em diversas partes do mundo aparecem pegando fogo e repletos de fumaça. O vídeo pode ser visto em: https://twitter.com/ApibOficial/status/1301128784108810240. E o site da campanha Defund Bolsonaro em: https://www.defundbolsonaro.org/

9 ClimaInfo. A mais nova teoria conspiratória do general Augusto Heleno. 21/9/2020. https://climainfo.org.br/2020/09/21/a-mais-nova-teoria-conspiratoria-do-general-augusto-heleno/

10 APIB. Nota Pública: A omissão lesa a pátria. 18/9/2020 http://apiboficial.org/2020/09/18/nota-publica-a-omissao-lesa-a-patria/

11 Engloba os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

12 Sobre a Refinitiv: https://www.refinitiv.com/en/about-us

13 Sobre a Thomson EMAXX: http://emaxx.reuters.com/Presentation/SupportFiles/EMAXX_Marketing_One_Pager.pdf

14 A Convenção 169 estabelece a Consulta Prévia, Livre e Informada a que os povos indígenas têm direito, relacionada a qualquer empreendimento que ameace os seus territórios.

15 Vale. Sobre a Vale. Financeiro 4T18. Relatório de Produção. http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/reports/4t18/paginas/producao.aspx

16 Vale. Sobre a Vale. Investidores. Composição Acionária. http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx

17 Vale. Guia de Referência Cruzada do Formulário 20-F.: http://www.vale.com/PT/investors/information-market/annual-reports/20f/20FDocs/Vale%2020-F%202019_p.pdf

18 O Liberal. Chineses vão investir R$ 7 bilhões no Pará. 12/11/2019 https://www.oliberal.com/para/governo-garante-inicio-de-ferrovia-que-interligara-barcarena-maraba-e-parauapebas-em-2021-1.212000

19 Número do processo legal: Tribunal Regional Federal (1ª Região). 1ª VARA - MARABÁ. Processo N° 0001536-03.2009.4.01.3901 (Número antigo: 2009.39.01.001545-4). https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/

20 Agência Pública. Especial Amazônia sem Lei. Indígenas Xikrin abrem nova batalha judicial contra a Vale. 30/7/2018 https://apublica.org/2018/07/indigenas-xikrin-abrem-nova-batalha-judicial-contra-a-vale/

21 Vale. Sobre a Vale. Notícias. Vale sobre as operações de Onça Puma. 7/8/2019 http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/Vale-sobre-as-operacoes-de-onca-puma.aspx

22 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No sudeste do Pará, indígenas enfrentam pandemia com falta de estrutura, demora nos testes e risco de fome. 15/6/2020 https://cimi.org.br/2020/06/sudeste-para-indigenas-pandemia-falta-estrutura-demora-testes-risco-fome/

23 Correio de Carajás. Associações Xikrin movem ação de R$ 2 bilhões contra a Vale. 18/7/2020 https://correiodecarajas.com.br/associacoes-xikrin-movem-acao-de-r-2-bilhoes-contra-a-vale/

24 Entre 2011 e 2017, a Vale S.A. registrou ao menos 1.228 pedidos de reclamação, denúncia, sugestão e solicitação de pessoas e comunidades atingidas pela Estrada de Ferro Carajás (EFC). A Agência Pública teve acesso a mais de mil pedidos de afetados pela ferrovia Carajás no Pará e Maranhão; em um desses casos, a mineradora considerou não atender à demanda, mesmo com risco de acidente fatal. Agência Pública. Exclusivo:documento revela descaso da Vale com risco de morte em ferrovia. 4/2/2019 https://apublica.org/2019/02/exclusivo-documento-revela-descaso-da-vale-com-o-risco-de-morte-em-ferrovia/

25 Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/plataforma-dhesca_carajas.pdf

26 Brasil de Fato. Vidas atravessadas: como a Vale afeta o cotidiano de indígenas e sem-terra no Pará. 21/2/2019 https://www.brasildefato.com.br/2019/02/21/vidas-atravessadas-como-a-vale-afeta-o-cotidiano-de-indigenas-e-sem-terra-no-para

27 G1. Comunidades do MA relatam os conflitos com a chegada da Estrada de Ferro Carajás. 17/5/2017 https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/comunidades-do-ma-relatam-os-conflitos-com-a-chegada-da-estrada-de-ferro-carajas.ghtml

28 Tribunal Regional Federal (1ª Região). 8ª VARA - SÃO LUIS. Processo N° 0061827-77.2015.4.01.3700. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/

29 Observatório da Mineração. Vale tem centenas de requerimentos para explorar Terras Indígenas na Amazônia. 27/11/2019 https://observatoriodamineracao.com.br/vale-tem-centenas-de-requerimentos-para-explorar-terras-indigenas-na-amazonia/

30 Idem.

31 EBC. Uso de agrotóxico em plantação de dendê afeta saúde de indígenas de Tembé. 18/4/2015 https://memoria.ebc.com.br/noticias/2015/01/uso-de-agrotoxico-em-plantacao-de-dende-afeta-saude-de-indigenas-de-tembe

32 Fundo Dema. Índios Tembé apontam relação entre a chegada da Biopalma em Tomé-Açu e o surgimento de doenças. 31/1/2015 http://www.fundodema.org.br/conteudos/outras-noticias-fundo-dema/34689/andios-temba-apontam-relaaao-entre-a-chegada-da-empresa-biopalma-em-tomaaau-e-o-surgimento-de-doena

33 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 17, 18, 19. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf 23/9/2020

34 Vale. Investors. Information to the market. Press Releases. Vale informs increase of relevant shareholding ownership. 20/3/2019 http://www.vale.com/EN/investors/information-market/Press-Releases/Pages/Vale-informs-increase-of-relevant-shareholding-ownership-.aspx

35 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p.19. 23/9/2020 https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf

36 Idem.

37 Idem

38 Observatório da Mineração. Ailton Krenak: "não existe democracia no Brasil e estamos sofrendo a terceira onda de invasão". 18/9/2019 https://observatoriodamineracao.com.br/ailton-krenak-nao-existe-democracia-no-brasil-e-estamos-sofrendo-a-terceira-onda-de-invasao/

39 A Gazeta. Indígenas fecham parte da Estrada de Ferro da Vale, em Aracruz. 7/2/2020 https://www.agazeta.com.br/es/norte/indigenas-fecham-parte-da-estrada-de-ferro-da-vale-em-aracruz-0220

40 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Aldeia Pataxó Hã-hã-hãe é evacuada após rompimento de barragem da Vale em Brumadinho (MG). 25/1/2019 https://cimi.org.br/2019/01/aldeia-pataxo-ha-ha-hae-e-evacuada-apos-rompimento-de-barragem-da-vale-em-brumadinho-mg/

41 R7. Afetados por tragédia da Vale, indígenas enfrentam Covid em BH. 10/7/2020 https://noticias.r7.com/minas-gerais/afetados-por-tragedia-da-vale-indigenas-enfrentam-covid-em-bh-10072020

42 Folha de S. Paulo. Vale anuncia R$ 12,4 bilhões em remuneração a acionistas. 11/2/2020 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/09/vale-anuncia-r-124-bilhoes-em-remuneracao-a-acionistas.shtml

43 É a segunda vez que a mineradora remunera acionistas desde o desastre de Brumadinho (MG), que deixou 272 mortos em janeiro de 2019. Em agosto, a companhia pagou R$ 7,25 bilhões como remuneração pelo resultado de 2018. A operação foi aprovada em dezembro pelo conselho de administração da companhia.

44 Anglo American. Quem Somos. Resumo. https://brasil.angloamerican.com/pt-PT/quem-somos/resumo

45 Anglo American. About Us. Where we operate. https://www.angloamerican.com/about-us/where-we-operate#/projects-operations-offices-headquarters/diamonds-copper-platinum-coal-iron-nickel-polyhalite

46 Anglo American. 2019 Results. 20/2/2020. https://www.angloamerican.com/~/media/Files/A/Anglo-American-Group/PLC/media/presentations/2020pres/fy-19-results-presentation.pdf

47 Mongabay. Mineradora inglesa Anglo American quer explorar Terras Indígenas na Amazônia. 20/3/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/03/mineradora-inglesa-anglo-american-quer-explorar-terras-indigenas-na-amazonia/

48 Idem

49 Idem

50 Movimento Ipereg Ayu. Comunicado do Povo Munduruku: Vamos continuar lutando. 14/10/2019 https://movimentoiperegayu.wordpress.com/2019/10/14/comunicado-do-povo-munduruku-vamos-continuar-lutando/

51 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 15. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf 23/09/2020

52 Idem, p.16

53 Idem.

54 Mongabay. Projeto da Belo Sun de explorar ouro na Amazônia é inviável, diz estudo. 23/6/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/06/projeto-da-belo-sun-de-explorar-ouro-na-amazonia-e-inviavel-diz-estudo/

55 Belo Sun. Developing the Open Pit Volta Grande. Gold Project, Brazil. Gold Stock Analyst. Conference 2020. TSX:BSX. The largest undeveloped gold deposit in Brazil. https://www.belosun.com/_resources/presentations/Gold-Stock-Analyst-Presentation-February-2020.pdf

56 Observatório da Mineração. Belo Sun se movimenta para explorar ouro em Terras Indígenas no Pará mesmo com batalha judicial. 18/12/2019 https://observatoriodamineracao.com.br/belo-sun-se-movimenta-para-explorar-ouro-em-terras-indigenas-no-para-mesmo-com-batalha-judicial/

57 Ministério Público do Pará. MPPA requer suspensão imediata de licenciamento do projeto Belo Sun. 25/9/2019 https://www2.mppa.mp.br/noticias/mppa-requer-suspensao-imediata-do-licenciamento-do-projeto-belo-sun.htm

58 Idem

59 Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba da Volta Grande do rio Xingu. 2017. https://rca.org.br/wp-content/uploads/2016/08/protocolo-juruna-CAPA-e-MIOLO.pdf

60 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 17. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf 23/09/2020

61 "Respeitamos o meio ambiente e os direitos dos Povos Indígenas". Home do site da companhia. Acessado em julho de 2020 https://www.potassiodobrasil.com.br/

62 Mongabay. Megaprojeto para exploração de potássio no Amazonas gera controvérsias. 7/1/2020. https://brasil.mongabay.com/2020/01/mega-projeto-para-exploracao-de-potassio-no-amazonas-gera-controversias/

63 Tribunal Regional Federal (1ª Região). Dados para acessar a Ação Pública. Consulta Processual. Seção/Subseção. Órgão: Amazonas: JFAM. Processo N° 0019192-92.2016.4.01.3200. https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/

64 MPF: audiência define primeiras etapas para consulta ao Povo Indígena Mura sobre empreendimento em Autazes (AM). 22/10/2019 http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-audiencia-define-primeiras-etapas-para-consulta-ao-povo-indigena-mura-sobre-empreendimento-em-autazes-am

65 Brazil Potash. Fund the Food of the Future. Invest Now. https://www.potassiodobrasil.com.br/landing/invest-now

66 Cargill. Cargill fecha o ano de 2019 com mais de 656 milhões de reais investidos no Brasil. 29/4/2020 https://www.cargill.com.br/pt_BR/2020/investimento

67 Cargill. Cargill em resumo. https://www.cargill.com.br/pt_BR/cargill-em-resumo

68 Cargill. Cargill em resumo. https://www.cargill.com/doc/1432077691320/cargill-at-a-glance-pt-brasil.pdf

69 Cargill. Relatório de progresso. Atualização de meio de ano 2020. Soja da América do Sul.

https://www.cargill.com/doc/1432166467180/soy-progress-mid-year-report-2020-pt_br.pdf

70 Trase. Illegal deforestation and Brazilian soy exports: the case of Mato Grosso. https://resources.trase.earth/documents/issuebriefs/TraseIssueBrief4_EN.pdf

71 Cargill. Terminal de Santarém. https://www.cargill.com.br/pt_BR/santar%C3%A9m

72 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A cerca que os divide: povo Munduruku do Planalto Santareno pressionado pela soja. 18/11/2019 https://cimi.org.br/2019/11/a-cerca-que-os-divide-povo-munduruku-do-planalto-santareno-pressionado-pela-soja/

73 Mongabay. Avanço da soja envenena aldeias e seca riachos em reserva dos Munduruku. 8/3/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/04/avanco-da-soja-envenena-aldeias-e-seca-riachos-em-reserva-dos-munduruku

74 Em maio do mesmo ano, o Ministério Público Federal pediu que a Justiça declarasse omissão no atendimento aos indígenas e que o processo de demarcação começasse. Ação Cível Pública. http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2018/acao_mpf_identificacao_delimitacao_territorio_munduruku_planalto_santareno_pa_maio_2018.pdf

75 Processo: 1000141-38.2018.4.01.3902. Classe: ação civil pública (65). Autor: Ministério Público Federal (procuradoria) http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2019/decisao_jf-pa_ingresso_fazendeiros_liticonsortes_acao_mpf_cobranca_estudos_terra_indigena_santarem_pa.pdf/@@download/file/Decisao_JF-PA_ingresso_fazendeiros_liticonsortes_acao_MPF_cobranca_estudos_terra_indigena_Santarem_PA.pdf

76 Em dezembro de 2018, membros do sindicato perseguiram e ameaçaram integrantes de uma comitiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) que visitava a aldeia Açaizal, severamente afetada pelo

desmatamento e pelo avanço da soja.

77 G1. Comissão da OEA acusa sojicultores de intimidação e ameaças em Santarém. 9/11/2018. https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/11/09/comissao-da-oea-acusa-produtores-de-soja-de-intimidacao-e-ameacas-em-santarem.ghtml

78 O Impacto. Adriano Maraschin: "Produção de grãos injeta R$ 360 milhões por ano na economia de Santarém e região". 4/10/2018 https://oimpacto.com.br/2018/10/04/adriano-maraschin-producao-de-graos-injeta-r-360-milhoes-por-ano-na-economia-de-santarem-e-regiao/

79 Plataforma Trase. Dados referentes a 2018. Acessada em 20 de setembro de 2020: https://trase.earth/flows?toolLayout=1&countries=27&commodities=1&selectedNodesIds%5B%5D=841&mapView=-3.32%2C-55.26%2C7&sources=841&selectedColumnsIds=0_22-1_28-2_37-3_33

80 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 6. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf 23/09/2020

81 JBS. Visão Geral. Acessado em 20 de setembro de 2020. https://www.linkedin.com/company/jbs/about/

82 JBS. Quem somos. Acessado em 20 de setembro de 2020.: https://jbs.com.br/sobre/jbs/

JBS. Resultados de 2019. https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/043a77e1-0127-4502-bc5b-21427b991b22/d4220677-4c52-1aa0-6100-06ba2e28b91a?origin=1

83 Repórter Brasil. JBS transporta gado de desmatador e contraria política de só ter fornecedor que preserva a Amazônia. 27/7/20 https://reporterbrasil.org.br/2020/07/47389/

84 O fazendeiro Jair Roberto Simonato transferiu, entre 2018 e 2019, 3 mil bois criados na Fazenda Santa Laura do Xibanti, que invade a TI Kayabí, para o Sítio Nossa Senhora Aparecida, em nome de seu filho Talis Roberto Simonato, que então vendia os bois para a fazenda de confinamento Guimarães, da JBS, em Lucas do Rio Verde (MT). Comprovação documental está na reportagem da Agência Pública. Pública. Especial Amazônia sem Lei. Lavagem de gado dentro de Terra Indígena no Mato Grosso foi parar na JBS. 5/8/2020 https://apublica.org/2020/08/lavagem-de-gado-dentro-de-terra-indigena-no-mato-grosso-foi-parar-na-jbs/

85 Idem

86 Idem.

87 Ministério Público Federal em Mato Grosso. Termo de Ajustamento de Conduta pela Carne Legal - íntegra do documento assinado pelo frigorífico JBS http://www.mpf.mp.br/mt/atos-e-publicacoes/tacs/tacs-cuiaba/TAC%20-%20JBS.PDF/view

88 O acordo com o Ministério Público Federal (MPF) envolveu outros frigoríficos no chamado "TAC da Carne" (Termo de Ajustamento de Conduta), que prevê a proibição do abate de bois criados em Terras Indígenas, reservas ambientais e fazendas abertas sem licença ambiental ou flagradas com trabalho escravo. Ou seja, quando o boi é ilegal, a compra deve ser suspensa. As regras do TAC preveem ainda aplicação de multas nos casos de compra de gado de áreas irregulares.

89 Anistia Brasil: gado bovino criado ilegalmente na Amazônia é encontrado na cadeia de fornecimento da JBS. 15/6/2020. https://anistia.org.br/noticias/brasil-gado-bovino-criado-ilegalmente-na-amazonia-e-encontrado-na-cadeia-de-fornecimento-da-jbs-lider-setor-de-carne-bovina/

90 The Guardian. HSBC sounds alarm over investment in meat giant due to deforestation inaction.12/8/2020 https://www.theguardian.com/environment/2020/aug/12/hsbc-sounds-alarm-over-investment-in-meat-giant-jbs-due-to-deforestation-inaction

91 Press Release: JBS anuncia Programa Juntos Pela Amazônia. 23/09/2020 https://jbs.com.br/juntospelaamazonia/wp-content/uploads/2020/09/Release_JBS-anuncia-Juntos-Pela-Amazonia_23-09.docx.pdf

92 Chain Reaction Research. JBS: Outsized Deforestation in Supply Chain, COVID-19 Pose Fundamental Business. Risks. Agosto, 2020 https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2020/08/JBS-CRR-Report.pdf

93 Greenpeace Brasil. Greenpeace Internacional publica relatório apontando o impacto climático da indústria da carne. 5/8/2020. https://www.greenpeace.org/brasil/blog/greenpeace-internacional-publica-relatorio-apontando-o-impacto-da-industria-da-carne/

94 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 9. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf 23/09/2020

95 Idem.

96 Idem.

97 Raízen. Sobre a Raízen. Quem Somos. Meus Números. Acessado em 20/9/2020. https://www.raizen.com.br/sobre-a-raizen/quem-somos/meus-numeros

98 UOL. Cosan: Lucro líquido fica em R$ 792,5 milhões no 4° trimestre. 14/2/2020 https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/02/14/cosan-lucro-liquido-fica-em-r-7925-milhoes-no-4-trimestre.htm

99 TAFNER Junior, A. W., & da Silva, F. C. (2014). Expansão da Fronteira Agropecuária do Oeste Paulista para a Amazônia: A Trajetória dos Negócios da Família Ometto e seus Desdobramentos no Mato Grosso. Revista De Estudos Sociais, 16(31), 97-115. https://doi.org/10.19093/res.v16i31.1846

100 Agência Brasil. Terra em disputa já foi o maior latifúndio do Brasil. 17/11/2009 http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2009-11-17/terra-em-disputa-ja-foi-maior-latifundio-do-brasil

102 Após a retirada compulsória dos Xavante de seu território tradicional em 1966, só puderam voltar à área em 2004. Até a desintrusão ficaram restritos a cerca de 10% da terra homologada desde 1998. O processo de desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé foi iniciado em novembro de 2012 e finalizado em janeiro de 2013, após mais de 20 anos de ocupação irregular por não indígenas. Instituto Socioambiental (ISA). Povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé (MT) mobiliza-se em defesa de seu território. 14/5/2020 https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/povo-xavante-da-terra-indigena-maraiwatsede-mt-mobiliza-se-em-defesa-de-seu-territorio

103 Ministério Público Federal em Mato Grosso. MPF ajuíza ação por violações cometidas contra Xavantes de Marãiwatséde durante a ditadura. 27/3/2017 http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/noticias-mt/abrilindigena-mpf-ajuiza-acao-contra-uniao-estado-de-mato-grosso-funai-e-particulares-por-violacoes-cometidas-durante-a-ditadura-militar-contra-xavantes-de-maraiwatsede

103 Mongabay. Governo Bolsonaro apoia rodovia que põe em risco reserva dos Xavante, a mais desmatada da Amazônia. 5/2/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/02/governo-bolsonaro-apoia-rodovia-que-poe-em-risco-reserva-dos-xavante-a-mais-desmatada-da-amazonia/

104 Forbes. Profiles. #1650 Rubens Ometto Silveira Mello. https://www.forbes.com/profile/rubens-ometto-silveira-mello/#3943770118f1

105 Repórter Brasil. "Musa do veneno", deputada Tereza Cristina recebe doações de empresários ligados a agrotóxicos. 26/9/2018 https://reporterbrasil.org.br/2018/09/musa-do-veneno-deputada-tereza-cristina-recebe-doacoes-de-empresarios-ligados-a-agrotoxicos/

106 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 7. 23/09/2020 https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf

107 Idem, p.8

108 Idem.

109 Inquérito Civil nº 1.20.004.000207/2019-14 http://www.mpf.mp.br/mt/sala-de-imprensa/Documentos%20para%20link/acp-energisa-urubu-branco-min.pdf

110 Idem

111 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 13. 23/09/2020https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf

112 Idem

113 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Associações Xavante questionam "condução ilegítima" de consulta sobre hidrelétricas que afetam seus territórios. 24/3/2020 https://cimi.org.br/2020/03/xavante-questionam-conducao-ilegitima-consulta-hidreletricas-territorios/

114 Moção Xavante a respeito da condução do processo sobre as Centrais Hidrelétricas no Rio das Mortes. Barra do Garças/MT. 20/3/2020 . http://www.aba.abant.org.br/files/20200320_5e75275812e82.pdf

115 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Associações Xavante questionam "condução ilegítima" de consulta sobre hidrelétricas que afetam seus territórios. 24/3/2020 https://cimi.org.br/2020/03/xavante-questionam-conducao-ilegitima-consulta-hidreletricas-territorios/

116 De Olho nos Ruralistas. Usinas que destruíram rios rendem R$ 43 milhões a políticos e empresários de Mato Grosso. 18/2/2019 https://deolhonosruralistas.com.br/2019/02/18/usinas-que-destruiram-rios-rendem-r-43-milhoes-a-politicos-e-empresarios-de-mato-grosso/

117 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Associações Xavante questionam "condução ilegítima" de consulta sobre hidrelétricas que afetam seus territórios. 24/3/2020 https://cimi.org.br/2020/03/xavante-questionam-conducao-ilegitima-consulta-hidreletricas-territorios/

118 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p.11. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf 23/09/2020.

119 Le Monde Diplomatique Brasil. Novo massacre indígena no Maranhão. 7/8/2017. https://diplomatique.org.br/novo-massacre-indigena-no-maranhao/

120 Número do processo legal: Tribunal Regional Federal (1ª Região). 5ª VARA - SÃO LUIS. Processo N° 0013988-85.2017.4.01.3700. https://processual.trf1.jus.br/consultaProcessual/

121 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). "A decisão do juiz faz nossa existência parecer um estelionato identitário", diz Gamella. 13/4/2018 https://cimi.org.br/2018/04/a-decisao-do-juiz-faz-nossa-existencia-parecer-um-estelionato-identitario-diz-gamella/;

122 De Olho nos Ruralistas. "Antes do massacre, deputado federal chamou povo Gamela de "pseudoindígenas". 2/5/2017. https://deolhonosruralistas.com.br/2017/05/02/antes-massacre-deputado-federal-chamou-povo-gamela-de-pseudoindigenas/

123 Procuradoria da República no Maranhão. MPF/MA pede a condenação da Cemar por impactos causados na Terra Indígena Krikati. 26/6/2018 http://www.mpf.mp.br/ma/sala-de-imprensa/noticias-ma/abrilindigena-mpf-ma-pede-a-condenacao-da-cemar-por-impactos-causados-na-terra-indigena-krikati

124 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 37. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf. 23/09/2020.

125 Idem

126 Procuradoria da República no Amazonas. MPF processa Eletronorte e Funai por coação ao povo Waimiri-Atroari. 8/10/2018 http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/mpf-processa-eletronorte-e-a-funai-por-coacao-ao-povo-waimiri-atroari

127 Procuradoria da República no Amazonas. Pela primeira vez, indígenas waimiri-atroari relatam à Justiça ataques sofridos durante a abertura da BR-174. 28/2/2019. http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/pela-primeira-vez-indigenas-waimiri-atroari-relatam-a-justica-ataques-sofridos-durante-a-abertura-da-br-174

128 Projeto de Lei Complementar n° 275, de 2019. https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/140256

129 Folha de S. Paulo. Belo Monte descumpre promessa de desenvolvimento sustentável na Amazônia, dizem pesquisadores. 4/9/2019 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/09/belo-monte-descumpre-promessa-de-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia-dizem-pesquisadores.shtml

130 Instituto Socioambiental (ISA). Waimiri-Atroari não são contra linhão, mas exigem consulta e compensações. 20/3/2019 https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/waimiri-atroari-nao-sao-contra-linhao-mas-exigem-consulta-e-compensacoes

131 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. p. 32. 23/09/20220. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf.

132 Idem

133 Estadão. Investimento chinês na América Latina é recorde. 7/4/2018 https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,investimento-chines-na-america-latina-e-recorde,70002258090

134 Folha de São Paulo. China acelera plano de expansão no Brasil e na América Latina.1º/2/2018 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/1954899-china-acelera-plano-de-expansao-no-brasil-e-na-america-latina.shtml

135 Nações Unidas. CEPAL vê alta do investimento chinês na América Latina e no Caribe em 2017. 7/2/2018 https://nacoesunidas.org/cepal-ve-alta-do-investimento-chines-na-america-latina-e-no-caribe-em-2017/

136 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Com escassez de recursos e terras, China mira a agricultura brasileira. 27/3/2018 http://amazonia.inesc.org.br/materias/com-escassez-de-recursos-e-terras-china-mira-agricultura-brasileira/

137 Bloomberg. China's Food Giant Emerges as Leading Exporter of Brazil Soy. 2/2/2018 https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-02-02/china-s-food-giant-emerges-as-leading-exporter-of-brazilian-soy

138 Reuters. Vale espera enviar mais minério de ferro à China em 2020, diz associação local. 2/6/2020. https://br.reuters.com/article/idBRKBN2391HF-OBRBS

139 Reuters. Chinesa State Grid conclui testes de linhão de transmissão da usina de Belo Monte. 23/9/2020. https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2019/08/23/chinesa-state-grid-conclui-testes-de-linhao-de-transmissao-da-usina-de-belo-monte.htm

140 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Com estratégias sofisticadas, chineses aumentam seu domínio sobre o Brasil. 19/1/2018 http://amazonia.inesc.org.br/materias/um-pais-sob-influencia-com-estrategias-mais-sofisticadas-chineses-aumentam-seu-dominio-sobre-o-brasil/

141 Diálogo Chino. Indústria brasileira da carne aumenta lucro, mas falha na fiscalização. 15/5/2020 https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/35373-industria-da-carne-aumenta-lucro-mas-falha-fiscalizacao/

142 Pulitzer Center. In the Brazilian Amazon, China Is Buyer, Trader, Lender, Builder – to Potentially Devastating Effect. 16/6/2020 https://pulitzercenter.org/reporting/brazilian-amazon-china-buyer-trader-lender-builder-potentially-devastating-effect

13 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Grandes projetos na amazônia expõem a influência da China em violações socioambientais. 13/3/2018 http://amazonia.inesc.org.br/materias/grandes-projetos-na-amazonia-expoem-influencia-da-china-em-violacoes-socioambientais/

144 Estimativa dos autores a partir dos dados do Relatório "Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links". 23/09/2020. Disponível em: https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf

145 Outros dados sobre os fluxos financeiros de bancos a empresas do setor commodities ligadas a desmatamento na Amazônia e demais florestas tropicais podem ser conferidos na plataforma da Coalizão Florestas e Finanças: https://forestsandfinance.org/

146 BlackRock. About us. https://www.blackrock.com/sg/en/about-us

147 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. 23/09/2020 https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf

148 O Eco. Chancela da bolsa de valores atrai investimentos milionários para empresas com risco de desmatamento. 5/6/2020. https://www.oeco.org.br/reportagens/chancela-da-bolsa-de-valores-atrai-investimentos-milionarios-para-empresas-com-risco-de-desmatamento/

149 BlackRock. Política de integração ESG da BlackRock: BlackRock ESG Integration Statement. 12/8/2020 https://www.blackrock.com/br/literature/publication/blk-esg-investment-statement-web.pdf

150 BlackRock. Sustainability as BlackRock's New Standard for Investing. https://www.blackrock.com/corporate/investor-relations/blackrock-client-letter

151 Friends of the Earth (FOE). As the Amazon burns, BlackRock named as world's largest investor in deforestation. 30/8/2019 https://foe.org/news/amazon-burns-blackrock-named-worlds-largest-investor-deforestation/

152 Investing in Amazon Crude - The Network of Global Financiers and Oil Companies Driving the Amazon Toward Collapse. 3/2020. https://amazonwatch.org/news/2020/0312-investing-in-amazon-crude

153 BlackRock. Our in-depth analysis of BlackRock's climate announcement. 14/1/2020. https://www.blackrocksbigproblem.com/post/our-in-depth-analysis-of-blackrock-s-climate-announcement

154 Forest & Finance. Bank Profile, Citibank. https://forestsandfinance.org/bank-profile/?bank=Citigroup

155 Citi Bank Group. Environmental and Social Policy Framework. https://www.citigroup.com/citi/sustainability/data/Environmental-and-Social-Policy-Framework.pdf

156 Investing in Amazon Crude - The Network of Global Financiers and Oil Companies Driving the Amazon. 3/2020. Toward Collapse https://amazonwatch.org/news/2020/0312-investing-in-amazon-crude

157 S&P Global.The world's 100 largest banks, 2020. https://www.spglobal.com/marketintelligence/en/news-insights/latest-news-headlines/the-world-s-100-largest-banks-2020-57854079

158 RAN. Banking on Climate Change 2020. Fossil Fuel Finance Report. 3/2020. https://www.ran.org/wp-content/uploads/2020/03/Banking_on_Climate_Change__2020_vF.pdf

159 Princípios Para Um Investimento Responsável das Organizações Unidas: https://www.unpri.org/

160 Eiti. The global standard for the good governance of oil, gas and mineral resources. https://eiti.org/

161 Princípios do Equador. https://equator-principles.com/

162 J.P. Morgan Chase. Environmental and Social Policy Framework https://impact.J.P. Morganchase.com/content/dam/jpmc/J.P. Morgan-chase-and-co/documents/environmental-and-social-policy-framework.pdf

163 Vanguard. About. Fast facts about Vanguard. https://about.vanguard.com/who-we-are/fast-facts/

164 Vanguard. Investor. Corporate Portal: https://investor.vanguard.com/corporate-portal/

165 Idem

166 B. Kuepper, J. Arnould, W. Warmerdam. Breaches of Indigenous Communities' Rights in Brazil - Supply chain & financial links. 23/09/2020 https://amazonwatch.org/assets/files/2020-09-23-profundo-report.pdf

167 Bank of America. Bank of America Corporation Environmental and Social Risk Policy Framework.10/ 2019. https://about.bankofamerica.com/assets/pdf/Environmental-and-Social-Risk-Policy-Framework.pdf

168 Idem

169 Idem

170 Idem

171 Dimensional Fund Advisors. https://us.dimensional.com/

172 Dimensional Fund Advisors. About us. https://us.dimensional.com/about-us/our-company

17 3 LOVEJOY, T.E. & NOBRE, C., Amazon tipping point: Last chance for action,Science Advances, vol. 5, no. 12, 2019. https://advances.sciencemag.org/content/5/12/eaba2949

174 Mongabay. "O ponto de inflexão chegou, é agora", alertam especialista. 23/12/2020 https://brasil.mongabay.com/2019/12/o-ponto-de-inflexao-chegou-e-agora-alertam-especialistas/

175 FA, John E., LEIPER, I. Importance of Indigenous Peoples' lands for the conservation of Intact Forest Landscapes. Frontiers in Ecology and the Environment, 2020. https://esajournals.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/fee.2148

176 The Conversation. Indigenous people may be the Amazon's last hope. Indigenous people may be the Amazon's last hope. 27/2/2020. https://theconversation.com/indigenous-people-may-be-the-amazons-last-hope-130941

177 National Geographic Brasil. Populações indígenas defendem a biodiversidade do planeta, mas estão em perigo. 28/11/2018 https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2018/11/populacoes-indigenas-defesa-biodiversidade-planeta-conservacao-equador-amazonia-perigo-especies

178 Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC). Special Report On Climate Change and Land. Chapter 07 - Risk management and decision making in relation to sustainable development. https://www.ipcc.ch/srccl/chapter/chapter-7/

179 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Que papel as comunidades tradicionais e os Povos Indígenas vêm desempenhando na conservação das florestas tropicais e dos seus estoques de carbono? 05/11/ 2015. https://ipam.org.br/entenda/que-papel-as-comunidades-tradicionais-e-os-povos-indigenas-vem-desempenhando-na-conservacao-das-florestas-tropicais-e-dos-seusestoques-de-carbono/

180 Idem.

181 Instituto Socioambiental (ISA). Novo estudo faz balanço geral do estoque de carbono na Amazônia. 6/2/2020. https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/novo-estudo-faz-balanco-geral-do-estoque-de-carbono-na-amazonia

182 Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). Terras Indígenas emitem menos carbono que regiões sem proteção, revela estudo. 27.01.2020 https://ipam.org.br/tis-e-areas-protegidas-emitem-menos-carbono-que-regioes-sem-protecao-revela-estudo/

183 Observatório do Clima. Salles só gastou R$ 105 mil em política ambiental em 2020. 11/9/2020. http://www.observatoriodoclima.eco.br/salles-gastou-r-105-mil-em-politica-ambiental-em-2020/

184 Reuters. Incêndios na Amazônia se agravam em setembro e ameaçam florestas intocadas. 9/9/2020 https://br.reuters.com/article/geral-amazonia-incendios-setembro-idBRKBN260258-OBRDN

185 The Guardian. Brazil's Pantanal wetlands on fire - in pictures. 17/9/2020. https://www.theguardian.com/environment/gallery/2020/sep/17/brazil-pantanal-wetlands-on-fire-in-pictures

186 Estado de Minas. Seca e o fogo criminoso devastam quase todos os biomas do Brasil. 15/9/2020 https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/09/15/interna_nacional,1185431/seca-e-o-fogo-criminoso-devastam-quase-todos-os-biomas-do-brasil.shtml

187 Inpe. Programa Queimadas. http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal. Acessado em 20/9/2020

188 Estado de Minas. Seca e o fogo criminoso devastam quase todos os biomas do Brasil. 15/9/2020 https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2020/09/15/interna_nacional,1185431/seca-e-o-fogo-criminoso-devastam-quase-todos-os-biomas-do-brasil.shtml

189 Idem

190 Greenpeace Brasil. Focos de calor batem novos recordes na Amazônia em julho. 4/8/2020 https://www.greenpeace.org/brasil/blog/focos-de-calor-batem-novos-recordes-na-amazonia-em-julho/

191 Idem.

192 Observatório do Clima. Queimadas em agosto confirmam que Exército fracassou na Amazônia. 1º/9/2020 http://www.observatoriodoclima.eco.br/queimadas-em-agosto-confirmam-que-exercito-fracassou-na-amazonia/

193 G1. Mourão diz que opositor do governo no Inpe divulga dados negativos sobre queimadas. 15/9/2020. https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/09/15/mourao-diz-que-opositor-do-governo-no-inpe-divulga-dados-negativos-sobre-queimadas.ghtml

194 Mongabay. Brasil perdeu vegetação nativa equivalente a 10% do território nacional nos últimos 35 anos, 2020. 3/9/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/09/brasil-perdeu-vegetacao-nativa-equivalente-a-10-do-territorio-nacional-nos-ultimos-35-anos/

195 Mapbiomas. Brasil perdeu vegetação nativa equivalente a 10% do território nacional entre 1985 e 2019. 28/8/2020. https://mapbiomas.org/noticias

196 FAO. 2016. State of the World's Forests 2016. Forests and agriculture: land-use challenges and opportunities. Rome. http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/425600/

197 G1. Desmatamento na Amazônia passa de 10 mil km² entre agosto de 2018 e julho de 2019 com revisão de dados do Prodes, do Inpe. 9/6/2020 https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/06/09/desmatamento-na-amazonia-passa-de-10-mil-km-entre-agosto-de-2018-e-julho-de-2019-com-revisao-de-dados-do-prodes-do-inpe.ghtml

198 UOL. Desmatamento em alta sinaliza aumento das queimadas na Amazônia. 2/7/2020 https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2020/07/02/incendio-governo-bolsonaro-amazonia.htm

199 ALENCAR, A., Moutinho, P., Arruda, V., Balzani,C., e Riberio, J. Amazônia em Chamas - onde está o fogo: nota técnica nº 2. Brasília: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2019. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NotaTe%CC%81cnica_AmazoniaemChamas-pt.pdf

200 Folha de S. Paulo. Focos de incêndio na Amazônia têm assinatura do desmatamento, diz Nasa. 23/9/2019. https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/focos-de-incendio-na-regiao-tem-assinatura-do-desmatamento-diz-nasa.shtml

201 Repórter Brasil. Os interesses econômicos por trás da destruição da Amazônia. 24/8/2019 https://reporterbrasil.org.br/2019/08/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/

202 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal 2017. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2017_v45_br_informativo.pdf

203 Repórter Brasil. Os interesses econômicos por trás da destruição da Amazônia. 24/8/19 https://reporterbrasil.org.br/2019/08/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/

204 Idem.

205 MapBiomas. Relatório Anual do Desmatamento do Brasil - 2019. http://alerta.mapbiomas.org/relatorios

206 Repórter Brasil. Os interesses econômicos por trás da destruição da Amazônia. 24/09/2019. https://reporterbrasil.org.br/2019/08/os-interesses-economicos-por-tras-da-destruicao-da-amazonia/

270 2ª Câmara de Coordenação e Revisão Criminal. Roteiro de Autuação Desmatamento. Ministério Público Federal. 2015. http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/publicacoes/roteiro-atuacoes/docs-cartilhas/desmatamento.pdf

208 FAO: Commercial agriculture accounted for almost 70 percent of deforestation in Latin America. http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/425600/

209 UOL. Bolsonaro diz que "potencializou" queimadas por nova política para Amazônia. 30/10/2019 https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/30/bolsonaro-diz-que-potencializou-queimadas-por-nova-politica-para-amazonia.htm

210 UOL. Storebrand reúne fundos com US$ 4,6 tri para proteger Amazônia. 29/7/2020 https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2020/07/29/storebrand-reune-fundos-com-us-46-tri-para-proteger-amazonia.htm

211 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019. 30/9/2020 https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2020/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2019-cimi.pdf

212 Agência Pública. Sob governo Bolsonaro, conflitos no campo aumentam e assassinatos de indígenas batem recorde. 17/4/2020 https://apublica.org/2020/04/sob-governo-bolsonaro-conflitos-no-campo-aumentam-e-assassinatos-de-indigenas-batem-recorde/

213 Comissão Pastoral da Terra (CPT). Relatório Conflitos no Campo Brasil 2019. https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/5167-conflitos-no-campo-brasil-2019

214 De Olho nos Ruralistas. A cada três famílias vítimas de conflitos no campo, em 2019, uma era indígena. 18/4/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/18/a-cada-tres-familias-vitimas-de-conflitos-no-campo-em-2019-uma-era-indigena/

215 APIB. Nota de repúdio e pesar pelo assassinato do guardião Paulo Paulino Guajajara. 2/11/2019 http://apiboficial.org/2019/11/02/nota-de-repudio-e-pesar-pelo-assassinato-do-guardiao-paulo-paulino-guajajara/

216 Repórter Brasil. Omissão do Estado e impunidade: o que está por trás do massacre dos guajajara no Maranhão. 4/4/2020 https://reporterbrasil.org.br/2020/04/omissao-do-estado-e-impunidade-o-que-esta-por-tras-do-massacre-dos-guajajara-no-maranhao/

217 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Mais um Guajajara tomba! Até quando? 31/3/2020. https://cimi.org.br/2020/03/mais-um-guajajara-tomba-ate-quando/

218 Idem

219 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Em 2019, Terras Indígenas foram invadidas de modo ostensivo de norte a sul do Brasil. 30/9/2020. https://cimi.org.br/2020/09/em-2019-terras-indigenas-invadidas-modo-ostensivo-brasil/

220 Idem

221 Idem

222 Valor Econômico. Governo quer acelerar novas regras para demarcação de Terras Indígenas. 15/6/2020 https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/06/15/governo-quer-acelerar-novas-regras-para-demarcacao-de-terras-indigenas.ghtml

223 Folha de S. Paulo. "No que depender de mim, não tem mais demarcação de Terra Indígena", diz Bolsonaro a TV. 5/11/2018. https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/no-que-depender-de-mim-nao-tem-mais-demarcacao-de-terra-indigena-diz-bolsonaro-a-tv.shtml

224 Idem

225 O Globo. O novo ministro da Justiça e os indígenas. 29/4/2020 https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/o-novo-ministro-da-justica-e-os-indigenas.html

226 APIB. Nossa história não começa em 1988! Marco Temporal não! 3/8/2017 http://apib.info/2017/08/03/nossa-historia-nao-comeca-em-1988-marco-temporal-nao/

227 Observatório da Mineração. Pagando dívidas de campanha, Bolsonaro libera Terras Indígenas para a mineração e o agronegócio. 7/2/2020 https://observatoriodamineracao.com.br/pagando-dividas-de-campanha-bolsonaro-libera-terras-indigenas-para-a-mineracao-e-o-agronegocio/

228 Instituto Socioambiental (ISA). Convenção OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em países independentes nº. 169 https://pib.socioambiental.org/pt/Conven%C3%A7%C3%A3o_OIT_sobre_Povos_Ind%C3%ADgenas_e_Tribais_em_pa%C3%ADses_independentes_n%C2%BA._169

229 Fundação Heinrich Böll. A nova cara da bancada ruralista. 13/11/2019. https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista

230 Observatório da Mineração. Diretor da Agência Nacional de Mineração defende "guilhotina regulatória" para o setor mineral em parceria com a OCDE. 11/6/2020 https://observatoriodamineracao.com.br/diretor-da-agencia-nacional-de-mineracao-defende-guilhotina-regulatoria-para-o-setor-mineral-em-parceria-com-a-ocde/

231 Idem

232 Programa Mineração e Desenvolvimento - Plano de Metas e Ações. Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral. http://www.mme.gov.br/documents/78404/0/PAM_V4.pdf/1ac2c603-2f11-9efd-ee2a-3de8067b2e65

233 Agência Pública. Especial Amazônia sem Lei. A mineração em Terra Indígena com nome, sobrenome e CNPJ. 20/2/2020 https://apublica.org/2020/02/a-mineracao-em-terra-indigena-com-nome-sobrenome-e-cnpj/

234 Mongabay. Indígenas isolados estão ameaçados por quase 4 mil requerimentos minerários.7/2/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/02/povos-indigenas-isolados-estao-ameacados-por-quase-4-mil-requerimentos-minerarios/

235 Estudo realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em parceria com a Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Queensland, na Austrália e com o Instituto Socioambiental (ISA). Siqueira-Gay, J., Soares-Filho, B., Sanchez, L., Oviedo, A., Sonter, L.. Proposed Legislation to Mine Brazil's Indigenous Lands Will Threaten Amazon Forests and Their Valuable Ecosystem Services. One Earth. https://www.cell.com/one-earth/fulltext/S2590-3322(20)30417-6

236 UOL. Maia diz que arquivará projeto de garimpo em área indígena se Bolsonaro enviar. 11/7/2019 https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2019/11/07/maia-diz-que-arquivara-projeto-de-garimpo-em-area-indigena-se-bolsonaro-enviar.htm

237 Valor Econômico. Maia envia projeto de mineração em área indígena à comissão especial. 2/6/2020. https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/02/06/maia-envia-projeto-de-mineracao-em-area-indigena-a-comissao-especial.ghtml

238 UOL. Maia diz que Câmara deve votar em agosto novo marco do

licenciamento ambiental. 22/6/2020. https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/06/22/maia-diz-que-camara-deve-votar-em-agosto-novo-marco-do-licenciamento-ambiental.htm

239 O Eco. Agromitômetro: Checamos o artigo de Kim Kataguari sobre a lei de licenciamento. 23/2/2020 https://www.oeco.org.br/noticias/agromitometro-checamos-o-artigo-de-kim-kataguari-sobre-a-lei-de-licenciamento/

240 Folha de S. Paulo. Ministro do Meio Ambiente defende aproveitar crise do coronavírus para "passar a boiada". 22/5/2020 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2020/05/ministro-do-meio-ambiente-defende-aproveitar-crise-do-coronavirus-para-passar-a-boiada.shtml

241 Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso https://www.al.mt.gov.br/proposicao/

242 De Olho nos Ruralistas. Mapas apresentam sobreposições de Cadastro Ambiental Rural (CAR) em Terras Indígenas. https://deolhonosruralistas.com.br/car-indigenas/

243 Mongabay. Quem ganha com a nova lei que admite venda de imóveis em Terras Indígenas. 22/5/2020 https://brasil.mongabay.com/2020/05/quem-ganha-com-a-nova-lei-que-admite-venda-de-imoveis-em-terras-indigenas/

244 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Cimi manifesta preocupação e repúdio ao PLC 17/2020, em tramitação no estado de Mato Grosso. 24/6/2020. https://cimi.org.br/2020/06/cimi-manifesta-preocupacao-repudio-plc-17-2020-tramitacao-mt/

245 De Olhos nos Ruralistas. Medida que reduz proteção a Terras Indígenas foi articulada por Nabhan Garcia. 28/04/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/04/28/medida-que-reduz-protecao-a-terras-indigenas-foi-articulada-por-nabhan-garcia/

246 Conselho Missionário Indigenista (Cimi). 62 organizações pedem revogação de projeto de lei que ataca direitos indígenas em Mato Grosso. 1º/7/2020. https://cimi.org.br/2020/07/62-organizacoes-revogacao-plc-17-2020-grosso/

247 Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Nota Técnica sobre o Projeto de Lei n.º 2.633/2020. 30/3/2020. Disponível em: https://imazon.org.br/publicacoes/nota-tecnica-pl-2633-2020/

248 Idem

249 Idem

250 De Olho nos Ruralistas. Dinaman Tuxá: "Invasões de Terras Indígenas aumentaram só com tramitação da MP da Grilagem". 12/5/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/12/dinamam-tuxa-invasoes-de-terras-indigenas-aumentaram-so-com-tramitacao-da-mp-da-grilagem/

251 Os dados foram publicados em artigo no periódico Elsevier. Land Use Policy. Lawless land in no man's land: The undesignated public forests in the Brazilian Amazon. Dezembro, 2020. https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264837720302180

252 O Eco. Grileiros já tomaram quase 12 milhões de hectares de florestas públicas na Amazônia. 28/6/2020 https://www.oeco.org.br/noticias/grileiros-ja-tomaram-quase-12-milhoes-de-hectares-de-florestas-publicas-na-amazonia/

253 The Intercept Brasil. O ministro do arremedo. 4/2/2019 https://theintercept.com/2019/02/03/ricardo-salles-mineradoras/

254 Folha de S. Paulo. Em documento, chefes de fiscalização do Ibama alertam para risco de apagão. 27/12/2019 https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/12/em-documento-chefes-de-fiscalizacao-do-ibama-alertam-para-risco-de-apagao.shtml

255 Idem

256 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O Brasil com baixa imunidade - Balanço do Orçamento Geral da União 2019. Abril/2020. http:// inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Balanco-OGU-Inesc.pdf inglate

257 De Olho nos Ruralistas. Esplanada da Morte (II) — Chefe da Funai foi aliado de invasores de Terra Indígena no MT. 29/7/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/29/esplanada-da-morte-ii-chefe-da-funai-foi-aliado-de-invasores-de-terra-indigena-no-mt/

258 The Intercept Brasil. Forças Armadas recebem orçamento 10 vezes maior que Ibama para não fiscalizar a Amazônia 09/7/20202. https://theintercept.com/2020/07/09/militares-recebem-mais-ibama-nao-fiscalizar-amazonia/

259 UOL. ICMBio centraliza gestão e põe militares para coordenar unidades de conservação ambiental. 14/5/2020 https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/05/14/icmbio-centraliza-gestao-e-poe-militares-para-coordenar-unidades-de-conservacao-ambiental.htm

260 Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente (Ascema). Servidores da carreira de especialista em meio ambiente divulgam dossiê com denúncias. Setembro, 2020. http://www.ascemanacional.org.br/servidores-da-carreira-de-especialista-em-meio-ambiente-divulgam-dossie-com-denuncias/

261 APIB. Panorama geral da Covid-19. http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/

262 El País Brasil. Bolsonaro veta obrigação do governo de garantir acesso à água potável e leitos a indígenas na pandemia. 8/7/2020. https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-08/bolsonaro-veta-obrigacao-do-governo-de-garantir-acesso-a-agua-potavel-e-leitos-a-indigenas-na-pandemia.html

263 Folha de S. Paulo. Opinião. Eloy Terena: Somos obrigados a obrigar o governo a não nos deixar morrer. 30/6/2020 https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/06/somos-obrigados-a-obrigar-o-governo-a-nao-nos-deixar-morrer.shtml

264 APIB. ADPF 709 no Supremo: Povos Indígenas e o direito de existir! 1º/8/2020. http://apib.info/2020/08/01/adpf-709-no-supremo-povos-indigenas-e-o-direito-de-existir/

265 APIB. Vitória da APIB e dos Povos Indígenas no STF. 5/8/2020 http://apib.info/2020/08/05/vitoria-da-apib-e-dos-povos-indigenas-no-stf/

266 Estadão. O advogado que marcou o "direito indígena". 8/8/2020 https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,o-advogado-que-marcou-o-direito-indigena,70003392157

267 Estadão. Ação no STF é "virada de página na história dos direitos indígenas", diz Ailton Krenak. 5/8/2020 https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,acao-no-stf-e-virada-de-pagina-na-historia-dos-direitos-indigenas-diz-ailton-krenak,70003388297

268 De Olho nos Ruralistas. Agronegócio pode ter infectado 400 mil trabalhadores no Brasil por Covid-19. 13/7/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/13/agronegocio-pode-ter-contaminado-400-mil-trabalhadores-no-brasil-por-covid-19/

269 De Olho nos Ruralistas. Contaminação em aldeia em Dourados (MS) começou na fábrica da JBS, diz cacique. 19/5/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/19/contaminacao-em-aldeia-em-dourados-ms-comecou-na-fabrica-da-jbs-diz-cacique/

270 De Olho nos Ruralistas. Guarani que trabalha em frigorífico contrai Covid-19 e é 1º caso na região de Foz do Iguaçu 18/6/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/06/18/guarani-que-trabalha-em-frigorifico-contrai-covid-19-e-e-1o-caso-na-regiao-de-foz-do-iguacu/

271 Conselho Indigenista Missionário (Cimi). No sudeste do Pará, indígenas enfrentam pandemia com falta de estrutura, demora nos testes e risco de fome. 15/6/2020 https://cimi.org.br/2020/06/sudeste-para-indigenas-pandemia-falta-estrutura-demora-testes-risco-fome/

272 Idem

273 Poder 360. Saiba qual foi a variação do PIB do Brasil nos últimos 25 anos. 5/3/2020. https://www.poder360.com.br/infograficos/saiba-qual-foi-a-variacao-do-pib-do-brasil-nos-ultimos-25-anos/

274 Observatório da Mineração. Pressionado, governo federal considera mineração atividade essencial e se torna cúmplice de mineradoras. 3/3/2020 https://observatoriodamineracao.com.br/pressionado-governo-federal-considera-mineracao-atividade-essencial-e-se-torna-cumplice-de-mineradoras/

275 Estadão. Com receita recorde, agronegócio vai aumentar participação no PIB do país. 1º/6/2020 https://economia.estadao.com.br/noticias/agronegocios,com-receita-recorde-agronegocio-vai-aumentar-participacao-no-pib-do-pais,70003320605

276 PIB-AGRO/Cepea: PIB do agronegócio encerra 2019 com alta de 3,81%. 9/3/2020 https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-pib-do-agronegocio-encerra-2019-com-alta-de-3-81.aspx#:~:text=Cepea%2C%209%2F03%2F2020,4%25%20do%20PIB%20brasileiro%20total.

277 Época Negócios. Com receita recorde, agronegócio vai aumentar participação no PIB do País. 1º/6/2020. https://epocanegocios.globo.com/Economia/noticia/2020/06/epoca-negocios-com-receita-recorde-agronegocio-vai-aumentar-participacao-no-pib-do-pais.html

287 Idem

279 Estadão. Bolsonaro à bancada ruralista: "Esse governo é de vocês". 4/7/2020. https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-a-bancada-ruralista-esse-governo-e-de-voces,70002904662

280 Idem

281 De Olho nos Ruralistas. Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em "total apoio" a Ricardo Salles. 26/5/2020 https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/26/financiadores-da-bancada-ruralista-publicam-anuncio-em-total-apoio-a-ricardo-salles/

282 Fundação Heinrich Böll. A nova cara da bancada ruralista.13/11/2029. https://br.boell.org/pt-br/2019/11/13/nova-cara-da-bancada-ruralista

283 Idem

284 De Olho nos Ruralistas. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. 21/5/2019 https://deolhonosruralistas.com.br/2019/05/21/multinacionais-sao-financiadoras-ocultas-da-frente-parlamentar-da-agropecuaria/

285 Idem

286 Bayer, Cargill, Cosan, Klabin, Marfrig, Rabobank, Santander e Amaggi assinaram a carta junto a Agropalma, Alcoa, BrasilAgro, DSM, Ecolab, Eletrobras, ERM, Grupo Vamos, Iguá, Itaú, Jacto, JSL, Mauá Capital, Michelin, Microsoft, Movida, Natura, Schneider Eletric, Shell, Siemens, Sitawi, Stefanini, Suzano, Ticket Log, TozziniFreire, Vale, Vedacit e WeWork. Além delas, também assinaram as organizações Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Indústria Brasileira da Árvore (Ibá) e Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal (Abiove).

287 Folha de S.Paulo. Empresas enviam carta a Mourão pedindo combate ao desmatamento. 7/7/2020 https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/empresas-enviam-carta-a-mourao-pedindo-combate-ao-desmatamento-leia-a-integra.shtml

288 G1. Investidores internacionais manifestam a embaixadas do Brasil preocupação com desmatamento. 23/6/2020 https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/23/investidores-internacionais-manifestam-a-embaixadas-do-brasil-preocupacao-com-desmatamento.ghtml

289 No total, 12% das fazendas de cultivo de soja na Amazônia e no Cerrado não possuem registros, e dois terços da safra dos municípios com maior concentração desses pontos cegos seguem para a exportação, a maioria para a China (39%) e a Europa (12%). O mercado doméstico recebe 33%. Transe. Imaflora. Soy and environmental compliance in Brazil: an undervalued risk for global markets. Outubro,2019. http://resources.trase.earth/documents/issuebriefs/Soy_and_environmental_compliance_in_Brazil.pdf

290 Mongabay. China e Europa importam soja de fazendas brasileiras não registradas, indica relatório. 11/11/2019. https://brasil.mongabay.com/2019/11/china-e-uniao-europeia-estao-importando-soja-de-fazendas-brasileiras-nao-registradas-indica-relatorio/

291 Canal Rural. Safra recorde de soja foi de 119,9 milhões em 2019/2020, diz IBGE. 8/6/2020 https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/soja/safra-recorde-soja-2019-2020-ibge/

292 Estadão. Com supersafra, Brasil se consolida como maior produtor mundial de soja. 8/6/2020. https://economia.estadao.com.br/noticias/agronegocios,com-supersafra-brasil-se-consolida-como-maior-produtor-mundial-de-soja,70003357868

293 G1. Exportação de carne bovina em 2019 bate recorde em volume e faturamento, diz associação. 8/1/2020 https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2020/01/08/exportacao-de-carne-bovina-em-2019-bate-recorde-em-volume-e-faturamento-diz-associacao.ghtml

294 Idem

295 FAO. 2016. State of the World's Forests 2016. Forests and agriculture: land-use challenges and opportunities. Rome. http://www.fao.org/americas/noticias/ver/en/c/425600/

296 O Grupo de Trabalho é composto por especialistas das organizações Greenpeace Brasil, ICV, Imaflora, Imazon, Ipam, Instituto Socioambiental, WWF Brasil e TNC Brasil.

297 Ipam. Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Desmatamento-zero-como-e-por-que-chegar-laFINAL.pdf

298 Repórter Brasil. JBS, Marfrig e Frigol compram gado de desmatadores em área campeã de focos de incêndio na Amazônia. 31/8/2019 https://reporterbrasil.org.br/2019/08/jbs-marfrig-e-frigol-compram-gado-de-desmatadores-em-area-campea-de-focos-de-incendio-na-amazonia/

299 Idem.

300 O Eco. TAC da Carne no Pará: irregularidades dos frigoríficos passam em branco. 4/4/2018. https://www.oeco.org.br/reportagens/tac-da-carne-no-para-irregularidades-dos-frigorificos-passam-em-branco/

301 Idem.

302 Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). Para Ibram, atualização do Código de Mineração anunciada hoje poderá atrair investimentos ao Brasil. 12/6/2018 https://cutt.ly/1fJ6WQB

303 Observatório da Mineração. Mesmo com pandemia, governo Bolsonaro vai ao Canadá convidar mineradoras estrangeiras para explorar novas reservas no Brasil. 19/3/2020 https://observatoriodamineracao.com.br/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-vai-ao-canada-convidar-mineradoras-estrangeiras-para-explorar-novas-reservas-no-brasil/

304 Conexão Mineral. PDAC 2020: delegação apresentará oportunidades de investimento no Brasil. 28/02/2020 http://www.conexaomineral.com.br/noticia/1572/pdac-2020-delegacao-apresentara-oportunidades-de-investimento-no-brasil.html

305 Procuradoria da República do Amazonas. Parecer do MPF aponta danos milionários causados pela extração ilegal de ouro à Floresta Amazônica. 16/9/2019. http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/parecer-do-mpf-aponta-danos-milionarios-causados-pela-extracao-ilegal-de-ouro-a-floresta-amazonica

306 Idem.

307 Em outubro de 2019, a Norte Energia SA afirmou em documento que precisava alterar a vazão do reservatório intermediário, devido à seca severa do Xingu, para evitar danos estruturais na barragem principal. El País Brasil. Erro de projeto coloca estrutura de Belo Monte em risco. 8/11/2019 https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/08/politica/1573170248_680351.html

308 Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). Pequenas Centrais Hidrelétricas geram impactos maiores que o de grandes projetos. Lobby avança no Congresso. 28/8/2019 http://amazonia.inesc.org.br/materias/pequenas-centrais-hidreletricas-geram-impactos-maiores-que-o-de-grandes-projetos-lobby-avanca-no-congresso/

309 Nações Unidas (ONU). Brasil: Violações de direitos são recorrentes em projetos de desenvolvimento, dizem relatores da ONU. 16/6/2016 https://nacoesunidas.org/brasil-violacoes-de-direitos-sao-recorrentes-em-projetos-de-desenvolvimento-dizem-relatores-da-onu/

FONTES DOS MAPAS

- Desmatamento (Inpe-Prodes) http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/
- Focos de Calor (Inpe-BDQueimadas) http://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/bdqueimadas/
- Unidades de Conservação (I3GEO/MMA) https://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/geoprocessamento/download-do-i3geo.html
- Terras Indigena (I3GEO/Funai) http://www.funai.gov.br/index.php/i3geo
- Amazônia Legal (IBGE) https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais
- Limites Estaduais (IBGE) https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais
- Áreas de Mineração (ANM) https://www.gov.br/anm/pt-br

Guerreiros do Povo Munduruku.

Foto: Jannes Stoppel/Greenpeace